

Como analisa o PCP a actual realidade portuguesa?

Intervindo na Assembleia da República, no decorrer do debate sobre o programa do «novo» governo AD/Balsemão, o Grupo Parlamentar do PCP denunciou a política da direita no poder, analisou, ponto por ponto, os principais aspectos da realidade nacional e apresentou as alternativas propostas pelo PCP

(Págs. 6/7/8)

Entrevistas

- Com **Jorge Araújo**, membro do Secretariado do CC do PCP, sobre a participação de uma delegação do PCP nas comemorações do 7.º aniversário da revolução etíope (pág. 10)
- Com **Joaquim Nascimento**, recém-eleito presidente da Junta de Freguesia de Miragaia, sobre os planos da APU (pág. 9)

Depoimentos

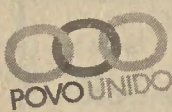
- Dos camaradas **Jorge Valdés** (Cuba) e **Helder Proença** (Guiné-Bissau) sobre a Festa do «Avante!» (pág. 3)

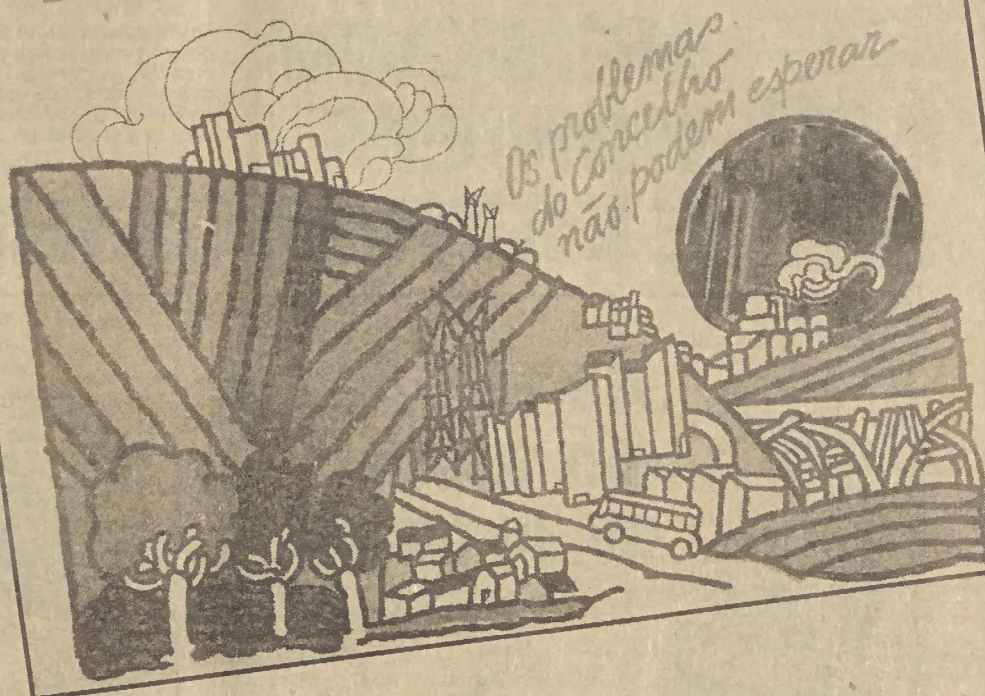
Reportagem

- Sobre a visita de **Álvaro Cunhal** a diversas localidades do concelho de Loures (pág. 12)



LOURES / ELEIÇÕES 11 OUTUBRO

**a Câmara
APU cumpriu.
deve
continuar!
vota APU** 
POVO UNIDO

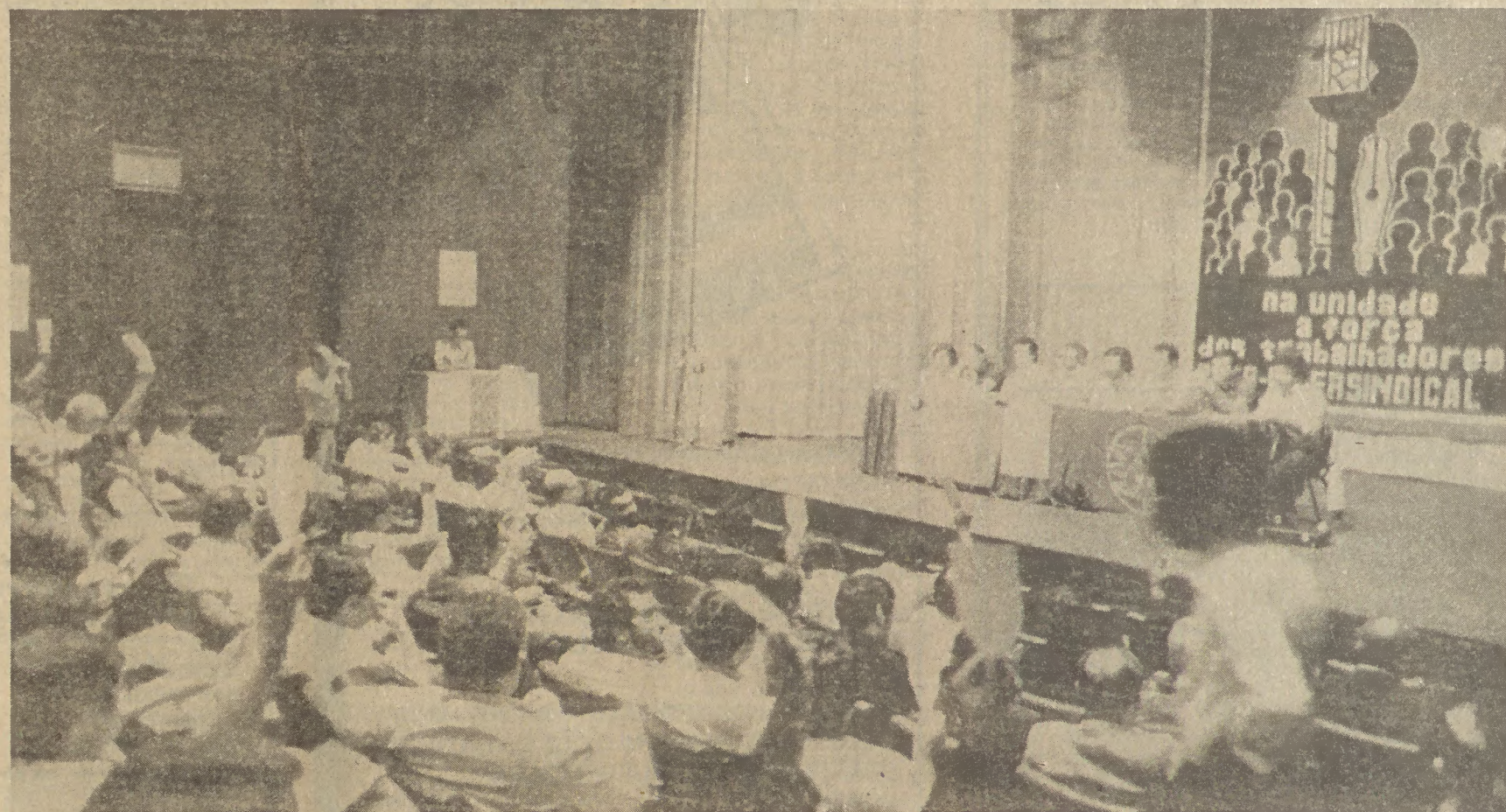


Álvaro Cunhal visita Loures

O secretário-geral do PCP visitou no passado sábado diversas localidades do concelho de Loures, travando um diálogo vivo com as populações.

Esses contactos, integrados na pré-campanha eleitoral da APU, prosseguem nos próximos dias com o seguinte calendário: **hoje**, às 18 e 30, no jardim de **Moscavide**; **segunda-feira**, às 18 e 30, em **Sacavém**, na praça da Caixa de Previdência; **terça-feira**, às 18 e 30, em **Loures**, no Campo da Maluca; **quarta-feira**, às 18 e 30, no largo de Olival Basto, e às 19 e 30, no largo do centro da **Póvoa de St.º Adrião**.

Trabalhadores contra a política «AD»



(Pág. 5)



**18
de Outubro
em
Almada**

(Pág. 9)

SEMANA Nacional

16
Quarta-feira



Atinal... Torres sem Tejo?

Na greve dos ajudantes de farmácia ontem realizada, em luta pela melhoria das condições de vida e pela moralização da actividade farmacêutica, registou-se uma adesão de cerca de 70 por cento ■ Mário Soares no regresso do Brasil: «A experiência francesa não se aplica aqui, porque o projecto do PCP e do PS são completamente antagónicos» ■ Em conferência de Imprensa, Kris Abocasis anuncia que, afinal, as Torres do Tejo já não ficarão junto ao dito mas sim em Benfica, na chamada Zona do Futuro, perto do Estádio da Luz. Segundo alguns jornais, tal decisão foi imposta pelo «leader» monárquico Gonçalo Ribeiro Teles, recém-entrado para o Governo ■ Começa na AR o debate sobre o Programa do VIII Governo.

17
Quinta-feira

No debate na AR, João Salgueiro, ministro das Finanças e do Plano, faz um apelo ao consenso entre trabalhadores e patronato. A sua intervenção, aguardada com alguma expectativa devido às eventuais novidades que poderia conter em relação à política do anterior governo, foi decepcionante, caracterizando-se por um alto grau de generalidade ■ A maioria AD na Câmara do Porto aprova, contra os votos da APU e PS, um regulamento de venda ambulante que impede este comércio na zona da «baixa» da cidade ■ Anuncia-se o reinício na próxima segunda-feira, em Madrid, das negociações para a revisão do acordo de pescas entre Portugal e Espanha.

18
Sexta-feira



«AD»: tudo para a NATO

Começam hoje a entrar no Tejo, em força, os navios da NATO participantes nos exercícios Ocean Safari, num total de cerca de 70 embarcações — a maior esquadra que alguma vez entrou no estuário. Os prejuízos para a economia nacional originados por esta «invasão», nomeadamente devido aos transtornos provocados no tráfego fluvial, são avaliados em centenas de milhares de contos ■ O debate sobre o Programa do Governo termina, com a oposição a votar em bloco (o que acontece pela 1.ª vez) todas as moções de rejeição apresentadas (PCP, MDP/CDE e FRS). A moção de confiança apresentada pelo Governo foi, naturalmente, aprovada pela maioria parlamentar da AD ■ A totalidade dos cerca de 600 camionistas dos Transportes Internacionais Rodoviários (TIR) iniciou uma greve de 2 dias lutando pelo início das negociações do contrato colectivo de trabalho.

19
Sábado

Reunida em plenário nacional, em Lisboa, a CGTP-IN afirma que «continuará a promover o desenvolvimento e a intensificação da luta de massas, na certeza de que os trabalhadores derrotarão a política reaccionária da AD, utilizando formas de luta tão radicais quanto as condições e objectivos o permitam, com o fim de defender os seus interesses e criar as condições para uma alternativa democrática» ■ Alvaro Cunhal visita diversos locais de Odíveiras e da Pontinha, no concelho de Loures, onde decorrerão em 11 de Outubro eleições intercalares ■ Reunido num hotel da linha do Estoril, o Conselho Nacional do PSD marca para 5 e 6 de Dezembro, antecipando-o dois meses, o próximo congresso do Partido.

20
Domingo

Uma publicação do Ministério das Finanças revela que, no segundo trimestre de 1981, e relativamente ao mesmo período do ano passado, se registou uma subida de 17 por cento nos preços, um aumento do défice do comércio externo de perto de 50 por cento e também um aumento nos pedidos de emprego ■ O Presidente da República, em visita a Elvas: «A democracia não pode ser construída com o silêncio forçado dos que se encontram afastados ou longe dos centros de decisão nacionais e com a interferência excessiva de outros, considerados mais úteis para o jogo de influências que se encontra sempre na realidade política». Termina na Figueira da Foz o X Festival de Cinema, o mais importante certame do género que se realiza no nosso País ■ Sensação no Nacional de Futebol da 1.ª Divisão: o modesto Amora derrota o Benfica por 1-0.

21
Segunda-feira



Piruetas ministerial

Em comunicado conjunto, a Juventude Socialista, a Juventude da UEDS e a Juventude da ASDI manifestam a sua oposição ao novo governo e afirmam que ele não irá defender as aspirações nem resolver os problemas dos jovens. Esta posição comum das organizações juvenis da FRS contrasta com as divisões existentes ao nível dos respectivos partidos ■ Discursando nas Nações Unidas, numa intervenção que é impossível desligar da forte contestação popular à política externa do governo «AD» de submissão ao imperialismo, o ministro Gonçalves Pereira condena as agressões sul-africanas a Angola e Moçambique e reivindica o direito do povo timorense de exercer livremente o seu direito de autodeterminação, ao mesmo tempo que se anuncia um encontro com o seu homólogo soviético para o próximo dia 29.

22
Terça-feira

Delegações governamentais de Portugal e Espanha concluíram em Madrid as negociações do acordo de pescas iniciadas na véspera ■ A Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo edita um novo volume ■ Mário Soares e outros dirigentes socialistas apresentam aos jornalistas a lista do PS candidata às eleições intercalares, na Câmara defendendo que o voto útil contra a APU é no PS ■ Abre ao público na Fundação Gulbenkian uma exposição de cerca de 600 obras do célebre escultor Henry Moore.

Efeméride da semana — Em 20 de Setembro de 1540, no largo fronteiriço ao Paço da Ribeira, em Lisboa, realiza-se em Portugal o primeiro auto-de-fé, cujo cortejo processional engloba trinta e três condenados.

Editorial

SINISTRO PROJECTO CONTRA PORTUGAL DE ABRIL

A proposta de um «pacto de regime» entre a AD e a FRS, formulada de viva voz por Balsemão na Tribuna da Assembleia da República no final dos debates sobre o Programa do Governo, vale como uma verdadeira confissão de insegurança, de falência política e de derrota da coligação governamental.

O «pacto de regime» teria por fulcro a revisão inconstitucional da Constituição, impossível pelos limites materiais que a própria Lei Fundamental estabelece, impossível, também no plano formal, sem uma maioria qualificada de dois terços dos deputados da Assembleia da República.

A proposta do Primeiro-Ministro desceu mesmo até às minúcias do «calendário», marcando significativamente o dia 25 de Abril, de 1982, oitavo aniversário da Revolução, para aprovação do projecto de revisão.

O PCP, desde a primeira versão camuflada dos governos AD, capitaneada por Mota Pinto, até à novíssima de Balsemão/Freitas do Amaral, tem denunciado documentada e vigorosamente o carácter reaccionário e a natureza e objectivos de classe antipopulares dos sucessivos governos de direita.

O PCP com base nestes elementos congénitos da Aliança reaccionária e na prática política golpista e antidemocrática dos governos AD tem denunciado com energia o famigerado e necessariamente vago «projecto AD» como sendo expressão pública e sofisticada do plano subversivo e oculto da reacção contra a democracia e o 25 de Abril, verdadeiros objectivos das forças sociais e políticas actualmente detentoras do poder executivo (Governo) e do legislativo (maioria parlamentar AD).

As propostas do Primeiro-Ministro à FRS, e particularmente ao PS, principal formação da «Frente», comprovam a justeza das apreciações e denúncias dos comunistas e dão uma grande força às propostas do PCP para uma mudança de política e de Governo e para uma alternativa democrática à AD.

O PCP tem chamado a atenção das forças democráticas e de todos os portugueses patriotas para um facto notório que só a cegueira política e o oportunismo não deixam ou não querem ver: os objectivos estratégicos antipopulares e antidemocráticos da Aliança reaccionária permanecem imutáveis — a tática para os alcançar diversificou-se e mudou em certos aspectos.

O plano subversivo da AD apoiado numa solução de força contra o regime democrático e a ordem constitucional vigente assentava, na sua versão primitiva, na exigência prévia da eleição de Soares Carneiro para a Presidência da República — o que garantiria às forças reaccionárias e pró-fascistas o controlo praticamente total do poder político.

Este plano, como se sabe, sofreu uma retumbante derrota em 7 de Dezembro de 1980.

A rotunda derrota eleitoral, aliada à perda física em acidente de dois dos mais destacados chefes da AD, um dos quais Sá Carneiro, provocou a desorientação nas hostes da direita e pôs na ordem do dia para as forças reaccionárias a necessidade de uma urgente reformulação tática.

Claro que esta necessária reformulação tática do plano subversivo AD não se operou nem se opera, sem tremendos obstáculos e sobressaltos para as forças da direita.

Principalmente, os intentos da reacção encontram pela frente a extraordinária pujança e resistência do movimento operário e popular de massas e a crescente oposição das forças democráticas mais conscientes.

Estes factores simultâneos com a total incapacidade da AD resolver os problemas nacionais levaram ao desencadeamento de um processo de conflitos e contradições internas que quase conduziram a AD a

um ponto de ruptura e que estão longe de ser sanadas com a demissão do Governo AD/Balsemão I e a formação do Governo AD/Balsemão II.

Estas evidentes verdades não perdem por ser repetidas em particular quando actualmente os chefes e panegiristas da AD se esforçam de novo por embalar os dados e confundir os portugueses.

Os debates parlamentares do Programa e alguns factos subjacentes, confirmaram com largueza as apreciações, prevenções e previsões do PCP.

A revisão constitucional que está no bojo do «pacto de regime» proposto pela AD ao PS e aos outros partidos da FRS, tem por objectivo evidente e imediato desalojar do caminho da conspiração contra o regime democrático dois dos principais obstáculos ao plano subversivo congelado por Sá Carneiro, Freitas do Amaral e outros representantes do ideário do regime fascista apeado pelo 25 de Abril.

São eles o Conselho da Revolução e o Presidente da República.

A guerrilha institucional é a forma mais virulenta e directa, mas ganhar o PS para a necessária maioria de dois terços com vistas a acabar com o CR e a esvaziar os poderes do PR, principalmente em matéria político-militar (nomeação dos altos comandos das Forças Armadas e capacidade para demitir o Governo), são formas complementares e passíveis de atingir os mesmos objectivos.

Outras formas capciosas são reconhecidamente tentadas: neutralizar desde já e se possível o PR em questões secundárias mas envolventes (regionalização administrativa e outras) acenar com a acomodação aos Conselheiros mais recalcitrantes para mais tarde os arrumar na primeira oportunidade e em definitivo, etc.

Ao mesmo tempo levar por diante e impor com o domínio da maioria parlamentar a aprovação de leis inconstitucionais que reduzam a zero ou a meras figuras de retórica sem sentido as conquistas da Revolução.

A batalha da revisão constitucional — digamos melhor, a batalha de defesa da Constituição — deve alertar, unir e mobilizar as forças democráticas e todos os portugueses progressistas e patriotas no momento actual.

É um imperativo que não pode ser traído sem graves consequências para a vida do Povo português, para a independência nacional e para as instituições democráticas do Portugal de Abril.

No decurso dos debates parlamentares sobre o Programa do Governo e numa consideração aprofundada e objectiva da conjuntura nacional, mordida pela crise económica, social e política, veio ao de cima toda a sordidez da administração AD e toda a sua incapacidade para dar solução aos graves problemas que o País enfrenta.

É significativo que simultaneamente com as propostas de Balsemão ao PS para um «acordo de regime», a maioria parlamentar AD manobre para impor uma mordada à oposição na discussão dos projectos de revisão constitucional e no conhecimento, denúncia e debate dos actos e falcaturas dos governos AD na Assembleia da República.

A inscrição de um projecto de revisão imediata do regime é uma peça acessória mas de importância considerável nos intentos de restrição dos direitos e capacidade de intervenção da oposição democrática na discussão da matéria legislativa e na iniciativa de apresentar e submeter ao parlamento projectos de lei tendentes à defesa dos interesses dos trabalhadores, da economia nacional, do regime democrático.

As intervenções de Balsemão e dos novos e velhos ministros da AD e certas declarações por eles produzidas aos órgãos de comunicação social mos-

tram como por debaixo das mãos enluvidadas a reacção afia as garras.

Basílio Horta numa entrevista ao semanário do Primeiro-Ministro diz que vai suspender a entrega das reservas na zona da Reforma Agrária, fazer cumprir os despachos do Supremo Tribunal, repor a legalidade no processo das expropriações e desanexações.

Mas vai dizendo ao mesmo tempo que a lei Barreto será aplicada até ao fim, que as terras das UCPs serão distribuídas em «explorações familiares» a trabalhadores e a pequenos e médios agricultores e seareiros, e que a sua «reforma agrária» significa a «despolitização» do trabalhador rural.

Não se pode ser mais claro nos planos de destruição das UCPs/Cooperativas e da Reforma Agrária do novo Governo AD/Balsemão/Freitas.

Basílio Horta vai também dizendo de passagem que será intensificado o processo de pagamento das indemnizações aos agrários expropriados.

O caso Goulão, que hoje se conhece em todo o seu significado fraudulento, embora ainda não em toda a sua amplitude, é claramente abafado pelo ministro Basílio Horta.

Sabe-se que Goulão, secretário de Estado de três governos anteriores, Prates Canelas e outros altos funcionários do MAP estão metidos em grandes patifarias, altas negociações, em sórdidos processos de corrupção.

Entretanto o novo MAP questionado sobre isto pelos seus entrevistadores diz que seria «uma deslealdade» dizer mal dos seus antecessores. Na prática, com a sua piedosa «elegância», faz-se cúmplice de toda essa escandalosa traficância contra a Reforma Agrária e milhares de trabalhadores e em última análise contra a própria economia nacional, cumplicidade de que, aliás, não pode ser desligado pela sua participação mais ou menos responsável nos governos anteriores.

É no quadro onde abundam questões deste e doutros tipos, reveladoras do carácter antidemocrático, antipopular e antinacional dos governos AD que se insere a proposta de Balsemão ao PS sobre um «acordo de regime».

Na votação das moções de rejeição dos partidos da oposição verificou-se o facto positivo de o PS ter votado as moções do PCP e do MDP/CDE pela primeira vez na história destas votações na AR desde o consulado da AD no governo do País.

Gente talvez mal informada ou mal intencionada atribuiu este facto à forma «deselegante» como Balsemão tratou Mário Soares no seu discurso de encerramento dos debates.

Os portugueses democratas esperam certamente que não tenha sido este o motivo do PS na condenação do Programa do Governo.

A defesa da democracia, das conquistas de Abril, da liberdade conquistada pelo heróico Movimento dos Capitães não se compadece com motivações subjectivas.

Por vários caminhos a conspiração antidemocrática tenta avançar e atingir os seus objectivos. Não tem força militar nem base social e política de apoio para se garantir qualquer êxito no seu caminho golpista.

Mas os perigos subsistem.

A gravidade do momento actual exige alguma coisa mais dos democratas, em particular de socialistas e comunistas: exige o diálogo, o entendimento, a convergência, a unidade em questões essenciais de defesa da democracia e do futuro de liberdade do Povo português.

Seria um insulto sem nome à democracia e ao 25 de Abril que a reacção conseguisse ver aprovada precisamente no dia do aniversário do glorioso triunfo dos jovens capitães um novo texto constitucional que fosse a negação, o caminho aberto para a destruição do 25 de Abril.



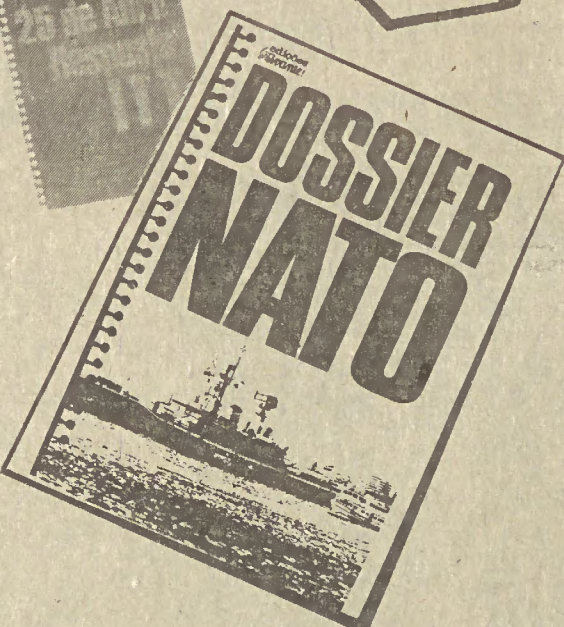
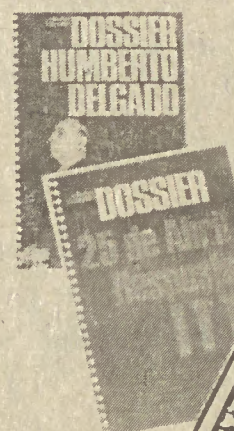
Worker Nenhum homem é estrangeiro

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO

Quasi duas décadas de experiências de um jornalista norte-americano que num livro de memórias descreve e faz reviver factos, acontecimentos e figuras de um período decisivo da história do mundo.

Joseph North

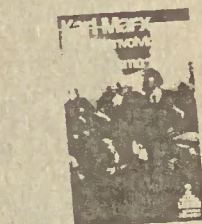
A VENDA em todas as livrarias



BLOCO MILITAR AGRESSIVO, BASTIÃO DA GUERRA FRIA, INSTRUMENTO DE PRESSÕES E INGERÊNCIAS DO IMPERIALISMO,

A NATO É UMA AMEAÇA À PAZ E À INDEPENDÊNCIA NACIONAL

AGORA UM DOSSIER NATO PARA DESVENDAR E ELUCIDAR O QUE FOI E O QUE É A NATO, SUAS PRESSÕES E INGERÊNCIAS EM PORTUGAL



Conhecer Lénine, é tanto uma questão política como uma questão cultural

Collecção Pequena biblioteca Lénine

V.I. Lénine

Karl Marx e o desenvolvimento histórico do marxismo

Em 2.ª edição, aumentada, uma notável exposição do marxismo feita por Lénine

Collecção Cadernos de iniciação ao marxismo-leninismo

V.I. LÉNINE Pequena biografia

Em 3.ª edição, um esboço biográfico das principais etapas da vida de um dos mais importantes dirigentes políticos do nosso século. Lénine

2 obras com a garantia do rigor das edições Avante!

DOSSIER COMUNICAÇÃO SOCIAL

JOÃO PAULO GUERRA



Um livro que é uma útil e importante contribuição para o combate por uma informação democrática e livre

Um conjunto de dados incontestáveis sobre o assalto reaccionário à Comunicação Social

edições Avante!

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 663908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Bata, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776588/776750, Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Agosto: 50 113

Nacional

«Presença e participação acrescidas na NATO» Que consequências?

A NATO organizou este ano as maiores manobras militares alguma vez realizadas, desenvolvendo-se em simultâneo os exercícios «Ocean Venture 81» — ao longo de três meses, a partir de 1 de Agosto, e abrangendo todo o oceano Atlântico, os mares Báltico e Mediterrâneo —, o «Magic Sword North», no mar da Noruega, o «Magic Sword South», no Mar do Norte, e o «Ocean Safari 81» (com participação de tropas portuguesas), na Baía da Biscaya.

Os exercícios «Ocean Venture 81», que envolvem um total de 120 mil soldados, 250 navios e cerca de mil aviões de guerra e transporte de tropas — distinguem-se por uma característica particularmente preocupante: tiveram início em águas latino-americanas, ou seja, fora da zona geográfica da NATO, e contaram com a participação da Venezuela, Colômbia, Argentina e Uruguai, isto é, países não integrados na NATO. Este facto levantou protestos mesmo de governos desta organização, como foi o caso da Noruega e da Dinamarca, protestos que levaram a uma tardia declaração por parte dos EUA, de que se trataria de exercícios exclusivamente americanos... na verdade completamente integrados nas manobras da NATO.

A envergadura e as características das manobras da NATO em curso não surgem por acaso. Inserem-se numa política por parte do imperialismo que neste momento se orienta num sentido particularmente perigoso, e põe em relevância o divórcio total entre os interesses do complexo militar-industrial que a administração Reagan tão bem representa e os interesses não só das massas populares a nível mundial mas mesmo da própria sobrevivência da Humanidade.

Na reunião da NATO realizada em Roma em 4-5 de Maio de 1981, foram tomadas decisões fundamentais: programas de rearmamento, sobretudo com novos mísseis nucleares; o alargamento da organização com a inclusão de Espanha (que muitos se apressam já, incluindo o Governo português, a considerar facto consumado); a expansão da esfera de acção, particularmente no que respeita ao Golfo Pérsico, mas não só.

Nessa mesma reunião da NATO, a Moratória proposta pela União Soviética, para congelamento do armamento ao nível actual, possibilitando nessa base todo o tipo

de conversações que possa conduzir à redução de armamentos e ao desarmamento, foi considerada como «absolutamente inadmissível».

Decisões e tomadas de posição muito claras, que o secretário de Estado norte-americano Haig parece sempre empenhado em explicitar ainda melhor, com afirmações como a de que «todo o mundo interessa à

Uma prática de submissão também defendida em teoria

O discurso pronunciado na AR pelo ministro da Defesa, Freitas do Amaral, sobre «defesa» nacional não encerra quaisquer novidades. Uma vez mais a «ameaça soviética», o reconhecimento claro da «presença e participação acrescidas na NATO», afirmação de que ninguém duvida. As «três condições» colocadas para que «a defesa nacional seja o que tem que ser», são particularmente elucidativas: «uma noção clara da ameaça principal; uma vontade firme de defesa; umas Forças Armadas prestigiadas e seguras da sua capacidade». Condições essas em que se

factos demonstram que a direita portuguesa, utilizando nomeadamente as suas posições no Poder, tem ajudado, sob todas as formas, e em certos casos mesmo publicamente (Savimbi não tem honras de televisão?) os inimigos do povo angolano.

Basta entretanto cingirmo-nos às palavras — às palavras das forças da direita — para comprovar uma outra vez que tal submissão é indiscutível (e reconhecida pela NATO), e também no que respeita às relações com os países africanos de expressão portuguesa. Como interpretar de forma diferente as palavras de Freitas do Amaral, em Novembro do ano passado, quando afirmou que «a nossa posição é ao lado dos Es-

Trabalhadores contra a NATO no Tejo

A presença da NATO no Tejo levantou generalizados protestos entre as organizações de trabalhadores e das forças progressistas, conforme já referimos na semana passada. Protestos pelos prejuízos causados à nossa economia e pelo significado político que tal presença assume, mais ainda num momento em que a política prosseguida pela NATO, e no fundamental inspirada pelos Estados Unidos, assume formas particularmente agressivas, em contradição com os interesses dos povos e até com a Constituição em vigor no nosso país.

No plenário realizado sábado passado (ler na pág. 5)

a CGTP-IN, a par da denúncia dos prejuízos pela paralisação total dos navios de carga e da insegurança causada nas carreiras de embarcações de transportes colectivos, manifesta a sua firme oposição ao trânsito, armazenamento ou utilização de quaisquer armas nucleares, quer em águas territoriais, quer em todo o território português e exige «o cumprimento das disposições constitucionais sobre política externa do país».

Em reunião de dia 17, as organizações representativas dos trabalhadores ligados ao sector portuário de Lisboa aprovaram um comunicado em que realçam que «cada dia de estadia da

NATO no Tejo custará ao País milhares e milhares de contos, não contando com os grandes prejuízos que causará à Siderurgia Nacional, Lisnave, AGPL e fábricas de moagens e rapções». Nesta mesma reunião foi decidido «exigir uma verdadeira política de independência nacional e repudiar qualquer instalação de armas nucleares no nosso País, conforme estabelecido no Artigo 7.º da Lei Fundamental da Nação» e «exigir o esforço e empenhamento de todas as forças democráticas e progressistas do nosso País, na busca de um governo democrático que sirva os interesses de quem trabalha e que promova o bem estar e a qualidade de vida do Povo Português».

tados Unidos, país amigo e aliado, contra o expansionismo soviético? Como interpretar as declarações de Pinto Balsemão ao jornal oeste-alemão «Frankfurter Allgemeine Zeitung», relativas às nossas relações com os países africanos de expressão portuguesa, de que «estamos dispostos a pôr à disposição da RFA as nossas boas relações com tais países»? Ou quando esse mesmo jornal afirma textualmente: «A NATO podia aproveitar-se da boa vontade dos portugueses — uma prontidão do empenhamento tornou-se rara na Aliança?»

A política de defesa agora defendida uma outra vez pelo Governo AD, é o corolá-

interligam a submissão às teses desenvolvidas por Reagan e a pretensão de transformar as Forças Armadas numa arma sólida nas mãos do governo de direita, contra o Povo português.

No debate parlamentar que se seguiu a esta exposição, pretendeu-se libar a direita do mais que claro enfeudamento aos ditames de Washington. Tentou-se até apresentar um «exemplo» a provar que tal submissão não existe: Angola. Os factos demonstram que os sucessivos governos portugueses de direita têm alinhado totalmente (e em contraste com outros países da NATO) com todas as posições e exigências da Casa Branca. Os

NATO» ou as forças da NATO têm «responsabilidades que ultrapassam a sua área tradicional de influência».

Dentro desta linha surge o anúncio da produção da bomba de neutrões, apesar das reticências e até oposição por parte de vários países na NATO a esta iniciativa dos EUA. Surgem manobras militares de uma tão grande envergadura e que, o que é particularmente grave, invadem uma outra área geográfica, como evidente forma de ladear a resistência dos países da América Latina à constituição de um bloco militar no Atlântico Sul — a OTAS, Organização do Tratado do Atlântico Sul.

Convidados estrangeiros falam da Festa do «Avante!»

Depoimentos de camaradas de Cuba e Guiné/Bissau

Na nossa edição da passada semana fizemo-nos eco de opiniões de camaradas estrangeiros que nos visitaram acerca da Festa do «Avante!». Posteriormente, recolhemos as impressões de outros camaradas, que a seguir reproduzimos.

Jorge Valdés
(Cuba)

«A Festa do «Avante!» constitui uma eloquente expressão da força e da influência que o Partido Comunista tem dentro da sociedade portuguesa» — disse-nos o camarada Jorge Valdés, membro do CC do PC de Cuba e chefe da delegação deste partido que nos visitou por alturas da Festa (ler na pág. 2).

«É especialmente impressionante ver as centenas de milhar

de jovens e velhos que acorrem a este acontecimento, sendo também de destacar a participação da mulher, cuja presença em massa se reveste de grande importância social».

Depois de evocar a visita da delegação cubana aos «pavilhões que mostram a história de luta infatigável do Partido Comunista Português e do seu órgão central», o camarada Jorge Valdés acrescenta:

«O acto político realizado no último dia da Festa e a intervenção do camarada Alvaro Cunhal, escutada e aplaudida por uma combativa e disciplinada multidão, dão a justa medida da importância política deste acontecimento, que, indiscutivelmente, não pode ser esquecido pelos que tivemos a oportunidade de presenciá-lo, e felicitamos sinceramente todos quantos

participaram na sua organização e realização».

Heldre Proença
(Guiné-Bissau)

Por sua vez, o camarada Heldre Proença, membro do Secretariado do CNG do PAIGC, fez o seguinte depoimento para o nosso jornal:

«A Festa do «Avante!» ultrapassou todas as nossas perspectivas!».

«Ao sairmos do nosso país, julgávamos que iríamos assistir a uma modesta manifestação político-cultural de um partido com fortes tradições de luta».

«Porém, no Alto da Ajuda, não resistimos à tentação de afirmar, sem exagero, que a Festa do «Avante!» era a síntese organizada da manifestação

cultural do Povo português e palco do internacionalismo militante».

«Apercebemo-nos que não seria possível levar a cabo uma realização do género sem uma alta capacidade organizativa, sem observância duma rigorosa disciplina revolucionária e sem uma profunda inserção do PCP nas largas massas populares».

«Devemos dizer que, reflectindo a força criadora da classe operária, a dinâmica cultural do povo de Abril em pleno processo de afirmação, a Festa do «Avante!» ultrapassou as fronteiras nacionais e as barreiras linguístico-culturais, inscrevendo-se no concerto da luta de todos os povos oprimidos pela sua verdadeira independência e emancipação».

«Através da arte, da literatura, da canção política, da cinematografia, a Festa do «Avante!», onde milhares de democratas, de patriotas e de comunistas portugueses tiveram oportunidade de celebrar, directa ou indirectamente, as vitórias do Povo português, constitui a mais vigorosa demonstração da clareza, da superioridade moral dos comunistas. Enfim, a Festa do «Avante!» foi a confirmação de que, sem abdicar, em nenhum momento, dos princípios fundamentais do Partido, é possível, na democracia, no respeito pelas convicções ideológicas de cada cidadão, na superação constante das dificuldades, pro-

rio lógico de tudo o que em tal sector tem sido anteriormente feito e dito. Uma vez mais contra os interesses do Povo português e desprezando mesmo os preceitos constitucionais. Como denunciou a deputada do PCP, Alda Nogueira, na Assembleia da República, a única medida que o programa do Governo propõe «para a política externa portuguesa é a de 'se solidarizar com as tentativas de reforço da Aliança Atlântica' — isto contra o Artigo 7.º da Constituição da República que defende a dissolução e não o reforço dos blocos militares».

«Ocean Venture 81»

70 navios da NATO estão a encher o estuário do Tejo, a convite do governo português. Como foi denunciado em devido tempo pelos sindicatos e comissões de trabalhadores ligados à actividade dos sectores atingidos, tal presença, para «repouso» de três dias, no Tejo, iria «paralisar totalmente as descargas de navios de cereais, oleaginosas e minérios, e obrigar à saída de navios para fora da barra, o que causará diariamente milhares de contos de prejuízo». Isto a somar aos prejuízos causados pelos exercícios da NATO aos pescadores da Costa da Caparica, Trafaria e Fonte da Telha, que ascendem pelo menos a 22 mil contos.

Esta situação, a que já nos referimos na passada semana, testemunha bem um servilismo da parte do Governo que vai ao ponto de lesar directamente os interesses da economia nacional, e tem vindo a ser denunciada pelos sectores de trabalhadores mais afectados pelos exercícios militares. A somar aos anteriores protestos dos pescadores e portuários na fase das manobras, foram entretanto distribuídas cerca de 30mil targetas quando do estacionamento da frota da NATO no estuário do Tejo, denunciando o alinhamento do governo com uma política contrária aos interesses do Povo português, uma política que arrasta o nosso país para a participação activa na estratégia belicista do imperialismo, como foi também destacado pelo organismo de direcção dos portuários de Lisboa do PCP.

A situação económica e a responsabilidade da «AD»

A situação económica e financeira do País regista degradação acentuada.

A produção diminui na agricultura, nas pescas, em grande parte dos sectores industriais. Nos poucos sectores em que a produção não diminui regista-se desaceleração do ritmo de crescimento.

A desaceleração verifica-se igualmente no investimento (no primeiro semestre de 1981, relativamente ao primeiro semestre de 1980, a desaceleração do investimento situa-se à volta dos 40%).

A inflação tomou novamente o freio nos dentes, e não será inferior a 19%, contra os 16% «prometidos» pela AD.

Os salários reais, após um ano eleicoeiro, voltam a decrescer.

O desemprego aumentou e continuará a aumentar.

O défice da Balança Comercial, que havia sido de 127 milhões de contos em 1979, foi de 200 milhões em 1980 e será superior a 270 milhões em 1981.

A responsabilidade do agravamento da situação não pode ser atirada para cima da seca ou da valorização do dólar. (A diminuição da pesca descarregada, por exemplo, tem alguma coisa a ver com a seca ou com o dólar? E o deixar apodrecer milhares de toneladas de batata e de sardinha? E a construção de menos habitações em 1980 relativamente a 1979?)

Não. A responsabilidade da situação cabe fundamentalmente à política dos governos da AD. E o programa do recauchutado do Governo Balsemão promete continuar essa política e agravar ainda mais a situação do País e dos portugueses.

Maior dependência do imperialismo

O acordo de submissão ao FMI que o Governo promete assinar a curto prazo, não só agravará a economia nacional e o nível de vida, como aumentará a dependência do País face a esse organismo financeiro do imperialismo.

Em primeiro lugar porque a política económica a prosseguir nos próximos três anos seria definida pelo FMI na chamada «carta de intenções». Aí serão definidos directamente os limites de crédito e do endividamento externo, e indirectamente o nível da produção, a evolução dos salários, etc. E quaisquer alte-

rações que o Governo pretenda introduzir nessa política terão de obter o acordo prévio do FMI.

Depois, porque definindo o FMI que o aumento da produção e do investimento deve verificar-se apenas no campo das exportações, e estando as exportações portuguesas excessivamente concentradas em meia dúzia de países capitalistas, Portugal ficará ainda mais dependente da evolução económica nesses países: do maior ou menor grau da sua crise dependerá compra-rem (e nós exportarmos) menos ou mais.

Finalmente, não permitindo o FMI limitações administrativas às importações e não querendo o Governo AD aumento de produção que as substitua, e não se prevendo aumento das exportações (a crise no mundo capitalista é para continuar), continuarão os défices externos, aumentará a dívida externa, a dependência do País face aos credores (FMI, Banco Mundial, Bancos estrangeiros, etc.) agravar-se-á.

Reforço do grande capital

Outra grande linha de força resulta clara do programa do Governo Balsemão/Freitas do Amaral: o reforço do capital monopolista interno e externo.

Pela tentativa de abertura dos sectores nacionalizados, nomeadamente da banca, ao sector privado. E só os grandes capitalistas estão interessados em abrir bancos, empresas cimenteiras ou fábricas de cerveja.

Pela continuação da «venda» de empresas do sector público aos ex-monopolistas, a preços inferiores a dez vezes ou mais o valor real dessas empresas.

Pela prioridade absoluta que o Governo AD confere à exportação, pois é essencialmente no sector exportador que actualmente assenta o grande capital que opera em Portugal. De acordo com o programa terão mais incentivos (leia-se isenções) fiscais, e mais subsídios financeiros em especial pela bonificação das taxas de juro. O crédito, globalmente limitado pelo FMI e Governo AD, será prioritariamente canalizado para os grandes exportadores.

Inversamente, as empresas públicas e nacionalizadas terão o crédito interno muito limitado e o acesso ao crédito exter-

no dificultado, os seus investimentos serão administrativamente limitados pelo Governo (e os mais rentáveis transferidos para o sector capitalista), a sua produção pouco poderá aumentar porque se destina ao mercado interno, isto é, à satisfação das necessidades dos portugueses, enfim, estagnarão não por incapacidade própria ou necessidade do País mas por imposição administrativa da AD.

Sorte idêntica promete o Governo aos milhares de empresas que não produzem para a exportação, que é a situação da grande maioria das pequenas e médias empresas. Crédito cada vez mais caro e difícil, estagnação da produção porque não aumenta o consumo devido à redução dos salários reais e ao aumento do desemprego.

Maior exploração dos trabalhadores, piores condições de vida

Finalmente, o programa do Governo AD ameaça aumentar as condições de exploração dos trabalhadores e reduzir o nível de vida da população.

Desde logo por efeito da própria política económica programada, que fará aumentar os preços sem que os salários, as pensões e reformas, ao menos acompanhem esse aumento. E reduzindo-se os rendimentos reais dos trabalhadores, dos «consumidores», reduzem-se as vendas, e logo os rendimentos, dos pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores.

Por outro lado porque a AD pretende aumentar a produtividade canalizando os seus resultados para o patronato exportador. E para conseguir isso pretende, nomeadamente, liberalizar os despedimentos, limitar a lei da greve, reduzir as conquistas até agora conseguidas pelos trabalhadores.

Isto é, o Governo promete a repressão (legislativa e não só) dos trabalhadores para acelerar e concentrar a acumulação capitalista no sector exportador, em benefício exclusivo do grande capital.

O Governo AD pretende e ameaça. Nas mãos dos trabalhadores e das forças e instituições democráticas está o permitir ou não que os desejos da direita se realizem, que as suas ameaças se concretizem

Abaixo-assinado no Porto contra a bomba de neutrões

Prossegue e intensifica-se em todo o país a luta em defesa da paz e contra o aumento da tensão internacional fomentada pelo imperialismo, luta esta intimamente ligada, como se sabe, com a contestação de um governo — o «novo» da AD, tal como o que precedeu — cuja política externa se caracteriza pela completa sujeição ao imperialismo.

Tal como um pouco por todo o mundo, também entre nós um dos aspectos concretos que esta luta vem assumindo é o da condenação da produção da bomba de neutrões, recentemente decidida pela administração Reagan. Um novo exemplo chega-nos agora do Norte do país.

Com efeito, no Porto, um grupo de cidadãos, partidários da paz e do desanuviamento, lançou um abaixo-assinado de protesto contra a decisão do Presidente dos Estados Unidos de produzir a terrível bomba.

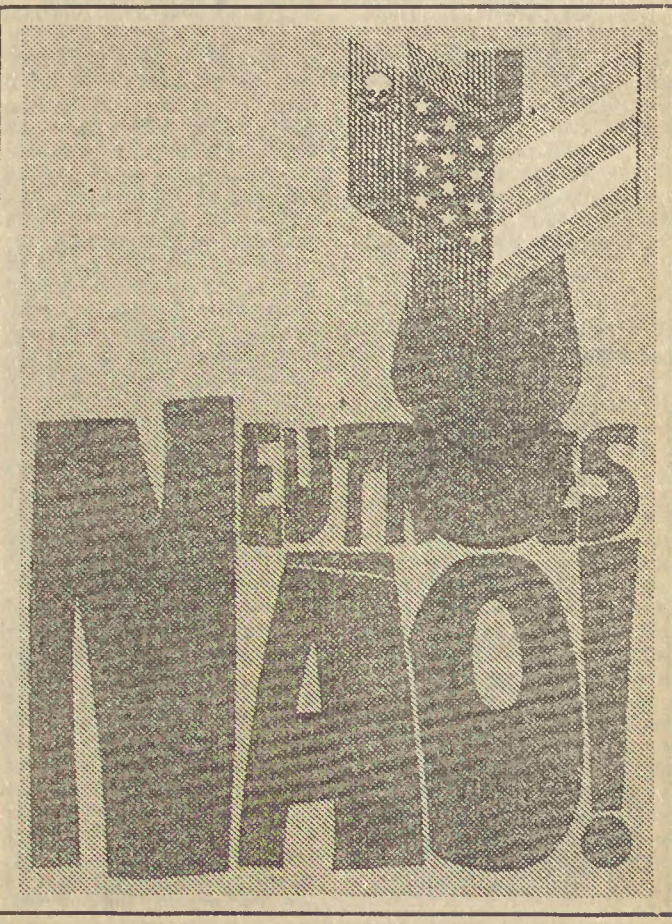
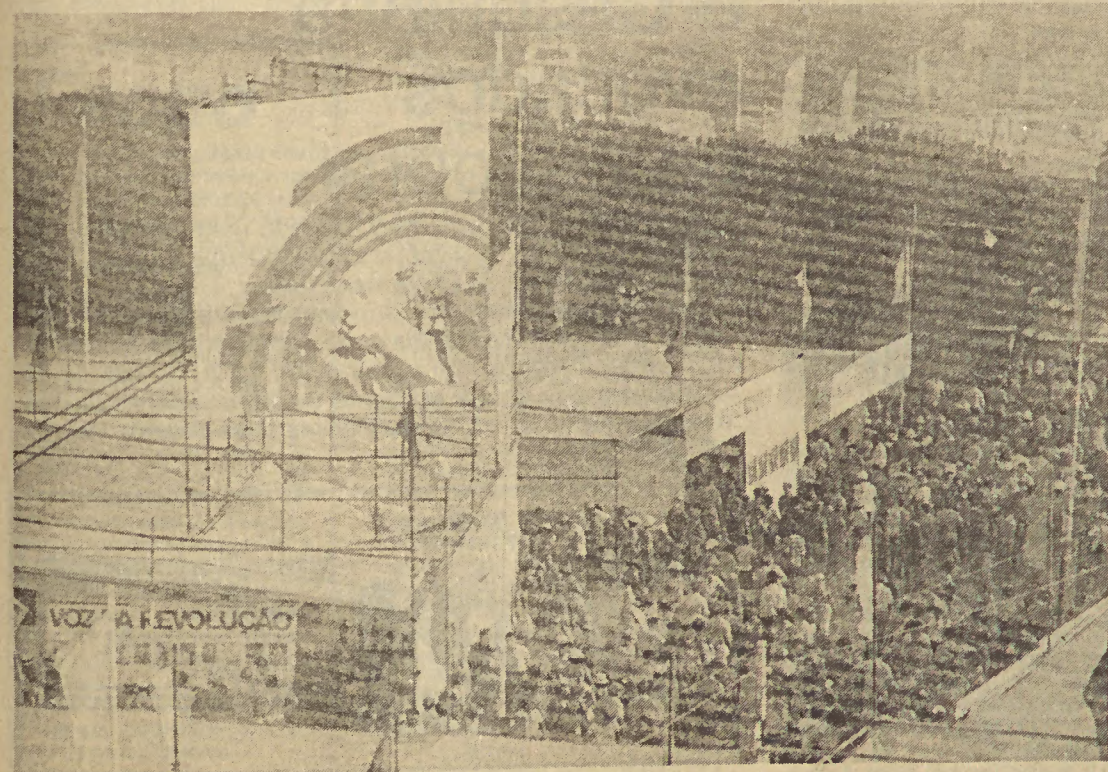
O abaixo-assinado, que conta já com mais de duas mil assinaturas, reclama: o cancelamento imediato do fabrico da bomba de neutrões; o reinício das negociações para pôr termo à corrida aos armamentos, na perspectiva do desenvolvimento da paz e do desanu-

viamento internacionais.

As assinaturas recolhidas serão entregues no Consulado dos EUA, nesta cidade, por uma delegação da comissão promotora do abaixo-

-assinado, que desde já con-

vida os signatários e a população do Porto a estarem presentes neste acto de protesto no próximo dia 2 de Outubro às 19 horas.



Saudação

Ainda por ocasião da Festa do «Avante!», recebemos na nossa redacção mais uma saudação. Foi enviada pelo «Canadian Tribune», órgão central do Partido Comunista do Canadá, e é assinada pelo respectivo director, camarada James Leech. Para além das felicitações por motivo do 60.º aniversário do

PCP e do 50.º do «Avante!», a mensagem manifesta «admiração e fraternal solidariedade» com a luta dos comunistas portugueses em defesa do povo português, em particular da classe operária, e «na firme defesa da unidade internacional dos trabalhadores».

PCP

Após 18 meses

«Almada, uma casa do Partido» já está na recta final

• As despesas rondaram os 15 mil contos

Na próxima segunda-feira, 28 de Setembro, passa um ano sobre a data de inauguração do novo Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Almada, integrado na campanha «Almada, uma casa do Partido».

Mais do que assinalar a efeméride, interessará salientar que a campanha de recolha de fundos entrou na «recta final» com o lançamento de uma iniciativa especial intitulada «donativo de encerramento». Ou seja, apenas deztoze meses depois do lançamento da campanha, aí está o encerramento à vista.

Para trás ficam iniciativas várias como os dois espectáculos sobre a luta antifascista no concelho de Almada, sessões de canto livre, vários

materiais alusivos (isqueiros, canetas, copos, medalhas, etc.), um disco original, quotização e contribuições espaciais.

Com este trabalho variado que tem empenhado bastante a organização de Almada nos últimos tempos, conseguiram-se resultados multissimos importantes, tanto no aspecto político como financeiro.

Fruto de milhares e milhares de entusiásticas participações não só de militantes como também de simpatizantes e outros democratas, o novo centro de trabalho do nosso Partido na cidade de Almada está quase pago na totalidade. Para uma despesa que terá rondado os 15 000 contos, faltavam cerca de 2500 contos quando foi

lançada a iniciativa «donativo de encerramento».

Um último esforço

Mas de que trata esta iniciativa?

A organização de Almada dirigiu cartas individuais a todos os militantes organizados no concelho, aos comerciantes e a vários simpatizantes, num total superior a 10 000 cartas, oferecendo um postal ilustrado do centro de trabalho e apelando a uma contribuição especial de encerramento. Começaram já a surgir as primeiras respostas, em vários casos com a oferta de um dia de salário (e nalguns casos mais), tudo se encaminhando para que efectivamente se concretize em breve a campanha de

fundos «Almada, uma casa do Partido».

Entretanto, das 49 organizações com meta definida (células de empresa, comissões de freguesia e locais, sectores profissionais, etc.), eleva-se já a 22 o número de organizações que ultrapassaram a sua meta. Destas 22 organizações, há seis que já recolheram mais do dobro da meta a que se haviam proposto.

A situação das maiores organizações, é actualmente a seguinte: célula da Lisnave, 89% — meta 1700 contos; célula do Arsenal, 74% — meta 1000 contos; Comissão de Freguesia de Almada 110% — meta 1000 contos; Comissão de Freguesia da Cova da Piedade 85% — meta 750 contos, Comissão

de Freguesia do Monte, 85% — meta 500 contos; Comissão de Freguesia do Laranjeiro, 71% — meta 350 contos; Comissão de Freguesia da Costa de Caparica, 118% — meta 300 contos; sector da saúde, 60% — meta 300 contos; célula da Parry, 91% — meta 250 contos; SIP concelhia, 109% — meta 250 contos.

De qualquer forma e porque a meta não está globalmente alcançada, todas as organizações continuam a trabalhar — tenham ou não atingido a sua meta — pois os comunistas persistem em cumprir os seus compromissos. E já há o compromisso de acabar a campanha este ano. Em 1982 outras necessidades e iniciativas surgirão!

Vila Nova de Famalicão

O Centro de Trabalho vai ser restaurado

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão, em conjunto com outros destacados militantes, decidiu realizar obras de restauro no velho edifício que serve de Centro de Trabalho do Partido.

Depois do assalto de 1975, em que o vandalismo, dirigido pela direita reacçãoária, destruiu parcialmente o velho edifício, que o tempo continuou a deteriorar, apesar dos comunistas o terem recuperado para Centro de Trabalho. Agora, com o objectivo de reforçar o trabalho do Partido no concelho, tendo em conta a Campanha Organizativa, há que pôr mãos à obra e fazer do velho edifício uma casa digna do Partido.

É assim que, no próximo sábado, se vai realizar uma jornada de trabalho voluntário, onde não faltará a alegria e a confraternização. Cada camarada deve levar o seu instrumento de trabalho. Entretanto, com vista a

obter fundos para realização das obras, foi lançado um sorteio de um televisor a cores e vai ser levada a efeito uma campanha, militante a militante, assim como uma

abordagem de democrata a democrata.

Qualquer contribuição pode ser depositada na conta 29661 da Caixa Geral de Depósitos.

Festa da Unidade do Alto Concelho (Gondomar)

Promovida pela Comissão de Freguesia do Alto Concelho/Gondomar do PCP, realiza-se nos próximos dias 26 e 27 a «Festa da Unidade».

No dia 26, às 21 horas, haverá a projecção do filme de longa metragem «Batalha por Berlim».

No dia 27, às dez horas, manhã infantil; 14 e 30 horas, Rancho Folclórico de Zebreiros, Cantar Abril e Eduardo Pacheco (imitador). Actuará ainda o conjunto rock «Watts».

No final, Ilda Figueiredo, deputada à AR, fará uma intervenção política.

Durante a festa funcionarão bancas de livros e artesanato bem como bar.

Reuniões na Beira Interior

Destinada aos camaradas da zona sul do distrito de Castelo Branco, realiza-se no próximo dia 2, nas instalações da Assembleia, às 21 horas, uma reunião de quadros sobre a situação política, a que estará presente o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

No dia 3, será a vez do camarada Carlos Pinhão, membro do CC, estar presente a duas reuniões com o mesmo objectivo: em Tortosendo, às 16 horas, e na Covilhã, às 21 horas.

«L'Humanité» e «Unitá» realizaram as suas festas

Culminou com um grande comício no passado dia 13 do corrente, a Festa do «Humanité», órgão central do Partido Comunista francês que, como sempre, levou ao parque da Courneuve numerosos comunistas e democratas franceses que se reuniram num grande convívio onde a política e a cultura coexistiram.

O Director do «Humanité», camarada Roland Leroy, centrou o seu discurso de encerramento da Festa sobre dois grandes temas, afinal as duas grandes questões sobre as quais as atenções dos trabalhadores e dos democratas franceses se focam: o problema da paz e da sua defesa face às ameaças imperialistas, particularmente vindas da administração de Reagan que tenta impor de novo a corrida aos armamentos e lança um novo perigo sobre a Humanidade com a construção da tristemente célebre bomba de neutrões. A outra questão sobre a qual o discurso do dirigente do PCF incidiu diz respeito à nova

realidade política saída das últimas eleições francesas — o governo do país tem hoje ministros comunistas. Roland Leroy sublinhou que essa participação no Governo se verifica para responder às esperanças geradas, mas que os comunistas não são partido do governo nem serão advogados incondicionais deste.

Foram 85 os jornais estrangeiros que participaram na Festa do «Humanité». Como já é de longa tradição, também o «Avantel» lá estava, com o seu stand onde, além da comida portuguesa e do artesanato, se oferecia ao visitante a animação de ranchos folclóricos constituídos por trabalhadores portugueses radicados em França. A coroar a participação dos comunistas portugueses estava a exposição sobre o 60.º aniversário do PCP, visitada com interesse por inúmeras pessoas.

O camarada José Bernardini, membro do Comité Central do PCP, representou o Partido.

Entretanto, no vasto parque «Itália 61», em Turim, desenvolveu-se mais uma Festa Nacional do «Unitá», órgão central do Partido Comunista Italiano, festa visitada durante os 16 dias da sua duração por cerca de dois milhões de pessoas, conforme foi revelado no comício de encerramento que teve lugar no passado domingo.

Além de outros dirigentes comunistas e de uma camarada do Japão que recordou as graves consequências da guerra atómica através dos exemplos da bárbara agressão às cidades de Hiroshima e de Nagazaky, falou no comício o camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI.

O discurso do dirigente comunista italiano começaria, de resto, por se referir à questão da defesa da paz, tal como a própria Festa se desenvolvia sob o lema da batalha contra a bomba de neutrões. Uma iniciativa em defesa da paz e do desanuviamento seria, aliás, a primeira a

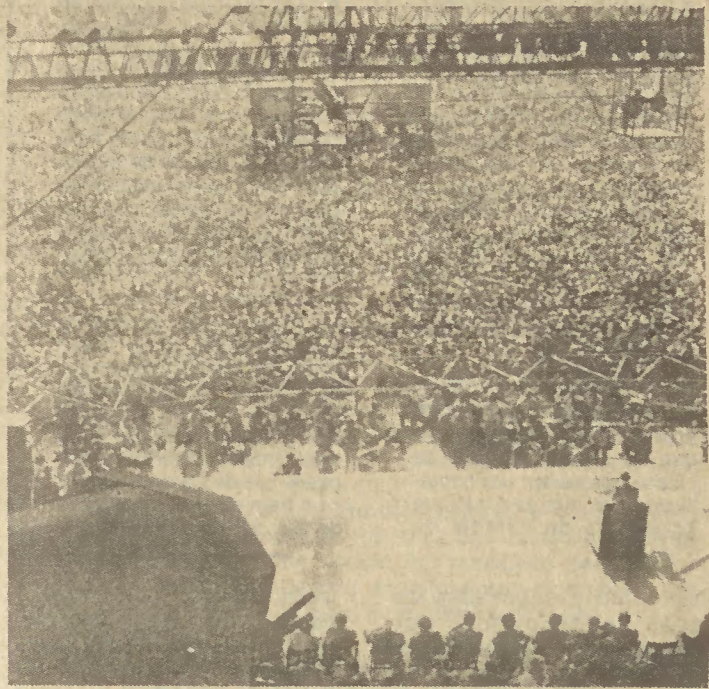
abrir a Festa, no próprio dia 5 de Setembro.

Debates, espectáculos de teatro, música e cinema, actividades desportivas preencheram o variado programa da Festa.

Muitos jornais de partidos de outros países tinham as suas representações na Festa e foram outros tantos centros de interesse para os numerosos visitantes que ali se puderam inteirar de realidades diversas.

O «Avantel», com um vasto stand onde uma exposição sobre o 60.º aniversário do Partido mostrava resumidamente a história e as lutas dos comunistas portugueses, participou também na Festa do «Unitá». Muitos milhares de pessoas visitaram o stand português, interessaram-se pela realidade política do nosso país, apreciaram o artesanato à venda.

O camarada José Bernardini, membro do Comité Central do PCP, e o nosso camarada de redacção Leandro Martins, representaram o Partido e o «Avantel» na Festa.



O comício de encerramento da Festa do «L'Humanité»

Serão «parasitas» os trabalhadores da Reforma Agrária?

— pergunta (e responde)

a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP

«O III governo AD, recauchutado com Freitas do Amaral e outros ultras do CDS e gente governante dos tempos do fascismo, não é nem mais nem menos do que o governo da subversão e da crise». — afirma, em comunicado recente, a DORA do PCP. «Não se trata de um governo novo, mas de um governo velho da crise, com algumas figuras novas, o governo do grande capital, porta-voz da CIP e da CAP, subserviente ao FMI e ao imperialismo estrangeiro, o governo mais próximo, depois da queda do fascismo, do 24 de Abril, cheio de ódio ao povo trabalhador, às conquistas do 25 de Abril e ao regime democrático».

Desmascarando as verdadeiras intenções dos dirigentes da direita, afirma o comunicado:

«Os slogans repetidos de «mudar Portugal», «libertar a sociedade civil», «prioridade ao sector privado», «revisão profunda da Constituição», «o empenhamento na alteração da legislação laboral» e outras, «adesão ao mercado comum», «ataque constante à Reforma Agrária e às Nacionalizações», etc, etc, não deixam também quaisquer dúvidas dos planos dos governantes e dirigentes da AD e da sua pressa, de fazerem tudo por tudo com vista a alterar o quadro democrático (se puderem), aberto com a Revolução de Abril, e instalar de novo uma ditadura, ou seja, o poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos agrários».

Calúnias aos trabalhadores

Prossegue o comunicado: «Os representantes do grande capital acusam os trabalhadores, com a sua luta reivindicativa, de serem os responsáveis pela crise, pela alta dos preços e desemprego! Mais: chamam aos trabalhadores «enxame de parasitas» (!!!). Que os trabalhadores têm privilégios a mais! Que a legislação laboral está «desactualizada» e que impede o desenvolvimento da produção! O III governo da AD propõe-se alterar essa legislação, isto é, tirar direitos, regalias e liberdade aos trabalhadores e dar mais poder e liberdade ao patronato para, na sua filosofia, «haver mais trabalho», «mais produção» e «mais produtividade»!!! Que cinismo fascizante dos senhores da AD!»

«Os trabalhadores, principais vítimas da crise, que lutam abnegadamente em defesa dos seus legítimos interesses, contra a política criminosos dos governos AD, pela defesa das Conquistas da Revolução e da legalidade democrática; os trabalhadores que produzem o pão, a carne, o leite, os legumes e não têm o suficiente para comer, que produzem o calçado, o vestuário e não têm o suficiente para vestir; que constroem habitações modernas e não têm casa para habitar; que constroem os transportes mais modernos e não têm transportes. Os trabalhadores da Reforma Agrária, que ao longo de 6 anos se têm batido com heroísmo e patriotismo em defesa desta grande conquista da Revolução de Abril; que desbravaram milhares de hectares de terra inculta, aumentaram na produção, a área dos regadios, o efectivo pecuário, o parque de máquinas, reduziram o desemprego, introduziram novas culturas, criaram novas estruturas económicas e sociais e todo um enorme poder produtivo. Os trabalhadores das UCPS/Cooperativas que têm sido vítimas de uma ofensiva dos governos de direita — com centenas de espancamentos, feridos e alguns mortos, roubos das melhores terras, gados, máquinas, instalações, regadios, cortiça e outros bens».

Hoje, vêem centenas de herdades usurpadas aos trabalhadores, entregues aos agrários, abandonadas, de novo cheias de mato, cercadas por arame farpado. Que vêm a sabotagem económica dos grandes agrários que não cultivam as terras, não dão trabalho, arrancam pomares e olivais, deixam morrer gado à fome, esvaziam albufeiras, destroem milhares de toneladas de azeitona, etc, etc, sublinhamos,

os trabalhadores da cidade e do campo, principal força produtiva do País, e com eles os pequenos e médios agricultores e todas as forças verdadeiramente democráticas e patrióticas, sem temer indignação e repudiam as calúnias e ofensas dos senhores representantes do grande capital e vassallos do imperialismo! A luta continua contra os verdadeiros parasitas e exploradores!

As promessas e os factos

Prosseguindo na denúncia da política de direita, os camaradas alentejanos põem em confronto as promessas e as realidades da equipa Balsemão/Freitas e do seu Governo. Referindo-se a este:

«Promete mais casas mas as medidas apontadas levam à revisão da lei das rendas, a sua subida e luz verde aos especuladores dos solos! O povo continua com falta de casas e rendas mais caras!»

«Promete mais produção e postos de trabalho, mas reduz o investimento, sobe a taxa de juros, baixa a produção, sobe o desemprego, cresce a dívida externa, o número de falências, etc.»

«Promete melhorar as condições de vida do povo, mas assistimos a um constante e brutal aumento dos preços, a quebra do poder de compra das classes trabalhadoras a degradação das condições de vida das populações.»

«Promete aumentar a produção agrícola, mas aponta medidas para acabar com as UCPS/Cooperativas, permite a sabotagem dos agrários. As terras usurpadas às UCPS/Cooperativas e outras dos agrários estão abandonadas. Os agricultores encontram-se numa situação dramática, sem apoio, à beira da ruína. Não há uma política nacional de investimentos para Agricultura. E assim sucessivamente».

Por uma alternativa democrática

Noutro passo, sublinha o comunicado:

«Os trabalhadores, o povo e os comunistas alentejanos dizem NÃO! ao III Governo AD



Balsemão/Freitas do Amaral e não poupará esforços para lhe dar luta firme e organizada contra a sua política fascizante. O III Governo AD não serve os interesses do País. É um governo para o povo português mandar para a rua!

«A força motora é decisiva para barrar o caminho ao governo fascizante de Balsemão/Freitas do Amaral é a luta de massas. A unidade combativa dos trabalhadores e dos democratas forja-se na acção. Os trabalhadores e todos os democratas conscientes não podem ficar de braços cruzados ante um governo que espezinha sem escrúpulos a Constituição e a legalidade democrática e empenha tudo por tudo para destruir a liberdade do povo conquistada pelo 25 de Abril».

E a terminar:

«Uma alternativa democrática, uma viragem democrática na política portuguesa, a resolução dos grandes problemas que afectam a vida nacional passam pela demissão do III governo AD e dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão, democrático, e realização de novas eleições legislativas no prazo de 90 dias.»

«Existem condições maduras para derrotar a maioria AD (mesmo contra a vontade de Mário Soares) e levar a Assembleia da República uma maioria democrática, na base da qual se possa avançar para a formação de um governo democrático, com uma política nacional ao serviço do povo e do País, que consolide as conquistas do povo e assegure o prosseguimento do Portugal Democrático nos caminhos abertos pela Revolução de Abril.

A luta continua... Balsemão/Freitas do Amaral e AD devem ir para a rua!

Unidos venceremos!

Carlos Costa na Hungria e na Bulgária

A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou entre 10 e 13 de Setembro a República Popular da Hungria, onde manteve conversações com Ferenc Havasi, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do POSH.

Mais tarde, entre 13 e 18 de Setembro, Carlos Costa visitou a República Popular da Bulgária, a convite do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro. Durante a sua estadia na Bulgária, Carlos Costa realizou conversações com Ognyan Doinov, membro do Bureau Político e do Secretariado, e Dimitar Stanishev e Milko Balev, membros do Secretariado do Comité Central do PCB.

No decurso destes encontros, sempre caracterizados por um espírito de camaradagem fraternal, tiveram lugar amplas trocas de informações e opiniões sobre a actividade do PCP e de cada um dos partidos visitados, sobre o reforço ainda maior

da amizade e da cooperação solidárias entre o PCP e o PSOH, entre o PCP e o PCB, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

ternacionalismo proletário, bem como sobre diversas questões actuais do movimento comunista e operário e da situação internacional.

Delegação de estudo na Checoslováquia

A convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, visitou a República Socialista da Checoslováquia, entre 11 e 18 de Setembro, um grupo de estudo do Partido Comunista Português sobre questões de Poder Local, constituído por António Casimiro, membro suplente do Comité Central, João Barros Duarte e Francisco Pacheco, membros das Comissões Concelhias do PCP e presidentes das Câmaras Municipais respectivamente da Marinha Grande e de Sines, e por Fernando Severo da Silva, membro da Comissão Concelhia do PCP e vereador da Câmara Municipal de Gondomar.

O grupo de estudo do PCP foi recebido por Jindřich Poledník, membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comu-

nista da Checoslováquia, e por Karol Laco, vice-Primeiro-Ministro do Governo checoslovaco.

Encontrou-se ainda com o Presidente da Comissão Checa de Planificação e com os primeiros responsáveis do Partido Comunista, os Prefeitos distritais e os Presidentes de Câmara e outros eleitos municipais e regionais das zonas que visitou.

Esteve nas capitais do distrito de Karlovy Vary, onde visitou diversas instalações sociais e a Fábrica de Cerveja Prazdroj de Pilsen, e do distrito de Kladno, de que visitou a cintura industrial. Na cidade de Hradec Králové contrataram com os trabalhadores e visitou detalhadamente a Cooperativa Agrícola de Lhotka pod Lipany.

Em Lidice, prestou homenagem às vítimas da barbárie nazifascista e aos combatentes da resistência checoslovaca e das Forças Armadas da União Soviética e dos outros Estados da coligação anti-hitleriana, na Segunda Guerra Mundial.

Através destes encontros e visitas, efectuados no quadro das tradicionais relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PC da Checoslováquia, o grupo de estudo do PCP teve oportunidade de tomar conhecimento directo da estrutura, organização dos serviços, atribuições e competências do Poder Local, da sua interligação com o movimento popular e o Poder Central, bem como de outras questões da administração local e regional na Checoslováquia Socialista.

Camarada da Guiana em Lisboa

De passagem por Lisboa, foi recebido no PCP o camarada Clement Rohee, membro do Comité Central e do Comité Executivo do Partido Progressista do Povo da Guiana.

No dia 16 de Setembro, o camarada Clementes Rohee teve um encontro, para troca de informações, com o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Camaradas falecidos

Maria Inês Rosa

Quando se deslocava a Portugal, onde vinha passar férias, faleceu no passado dia 2 de Setembro a camarada Maria Inês Gomes Castelo Rosa, de 41 anos de idade. Havia participado na luta antifascista em Portugal, encontrando-se actualmente emigrada na zona de Grenoble, em França, sendo muito conhecida entre a comunidade portuguesa local.

Carlos Madeira

Vítima de afogamento, quando se encontrava na praia da Costa da Caparica, faleceu no passado dia 30 de Agosto o camarada Carlos Alberto Madeira, militante do núcleo de Cabo Ruivo da célula da Carris.

António Santos

Um acidente de viação vitimou o camarada António Augusto dos Santos, que contava 45 anos, era trabalhador da Quimigal, militante no núcleo dos motoristas.

Caravela e Casquinha evocados no Escoural

No próximo domingo, dia 27, passa mais um aniversário do assassinato dos camaradas Caravela e Casquinha, mortos em defesa da Reforma Agrária.

Assinalando a data, a Comissão de Freguesia do Escoural promove nesse dia uma romagem ao cemitério local, antecedida de um comício, às 16 h, no campo de futebol, em que estará presente o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



overno



Programa

atos
alhadores

ência de uma nova tática caracterizada por maior flexibilidade, do ponto de distribuir os papéis do «bom» e do «mau», não qualquer dedução lógica ou previsão teórica — ela está aí em presente de uma ponta à outra do debate. Dessa tática se apelos à concertação cultural do ministro Lucas Pires, as de razoabilidade e respeito pela lei do ministro Basílio Horta. A parte integrante da mesma tática (só que neste caso mais as apreciações provocatórias do Primeiro-Ministro sobre a luta chadores, a expressão «enxame de parasitas» que insultou os res portugueses e os insultos que dirigiu aos trabalhadores da pública. Da mesma tática faz parte, finalmente, o tom não só empreendido autoritário, mas agora recheado de veladas ameaças cas-mpretno novo condestável do reino, o vice-presidente Freitas

ma nova tática traduz as fragilidades, mas também as manhas da o objectivo é paralisar as forças democráticas e neutralizar a

omissão
ngamar a AD e o PS

recto mais saliente deste nova conduta da coligação governamen-
posta de um pacto de regime feito solenemente pelo Primeiro-
ao Partido Socialista, quando da abertura do debate, compre-
revisão constitucional, a regionalização, a política externa, a
a questão agrícola. Não é sem surpresa que temos assistido ao
mento do silêncio do PS em relação à desavergonhada proposta.
será quebrado daqui a pouco, estamos seguros disso. Da parte
notório o propósito do amalgamar a AD e o PS, criando a
e que entre a coligação governamental e o PS não são grandes as
ções, que a opção PS não difere muito da opção AD.
ão os caminhos que o PSD, o CDS e o PPM procuram abrir
passar o seu plano de subversão do regime democrático e que
o fazer passar se não houver uma pronta resposta do movimen-
e popular, das forças democráticas, de todos os antifascistas.
ados a uma tão caótica situação económica e financeira em resul-
política da AD, dividido tão claramente o agravamento das con-
vida que a AD se prepara para impor de novo ao nosso povo,
trados os planos anticonstitucionais e subversivos que a AD tem
para destruir o regime democrático, demonstrada a incompetên-
responsabilidade com que exerce a direcção dos negócios públi-
pode justificar que se continue a advogar e a consentir que a AD
na à testa do governo do País, ou melhor, que faça e desfaça os
tenos.

se espera? Que expiação de culpas se quer aplicar ao nosso
e que riscos de apodrecimento ou de destruição se quer expor a
za portuguesa?

está
lança contra a AD

o seu estrondoso descalabro de 7 de Dezembro que a AD
velocidade, base social, como já reconheceram alguns dos seus
acresce que mesmo que não se atribua um especial significado às
as, aí estão as intercalares autárquicas, especialmente as mais re-
Miragaia e Valpaços, a testemunhar o nítido recuo eleitoral da
o é também reconhecido por meios afectos à coligação governa-

is está em mudança mas não é com a AD e sim contra a AD.

se espera então?
as forças na oposição que apregoam que ganhariam facilmente as
se se realizassem agora, de que vale ao Povo português tanta
se essas mesmas forças permitem que os seus problemas se agu-
extremo e ao extremo sejam agravados todos os problemas

deu-se lamentavelmente mais uma oportunidade de tentar substi-
Governo e a política da AD, por um governo de verdadeiros
se capazes de realizar uma política verdadeiramente respeitadora
anuição e sintonizada com as novas realidades criadas pela revo-
Abril, a única capaz de resolver os problemas do nosso povo e
do país.

seu-se mais uma oportunidade de, não sendo possível a constitui-
o governo sem a AD, recorrer a novas eleições legislativas que
mente abririam os caminhos à defesa e consolidação da democracia

as soluções, preconizadas pelo PCP mantêm toda a actualidade e
legará o momento em que deverão ser de novo examinadas em
práticos.

possa a unidade
ças democráticas

preparação de uma alternativa ao Governo e à política da AD
e a mais urgente de todas as tarefas patrióticas.

a preparação pressupõe antes de tudo o desenvolvimento da luta
balhadores e de outras camadas atingidas pela política da AD e
tendo não só o decidido alargamento do movimento popular e
cção, como a intensificação do diálogo e da aproximação dos

te das forças do campo da democracia.

é imperioso dizer-se que a unidade das forças democráticas, não
se presentes circunstâncias com platónicos apelos, implica sim
e polémica aguda sobre a situação no País, a atribuição de
bilidades e as propostas concretas para a resolução dos proble-

nosso povo.

o com a AD, qualquer que sejam, levam a água ao moinho da
o é a destruição do regime democrático-constitucional.

o que a nunca depois do 25 de Abril exige-se clareza de posições,
nação e coragem aos que se reclamam da defesa da democracia e
nem a salvaguarda dos interesses da Pátria portuguesa.

Os subtítulos são da responsabilidade da redacção)

Se a «AD» fosse coesa a moção de confiança seria desnecessária

Zita Seabra, pelo Grupo Parlamentar do PCP, comentou a «moção de confiança» que Balsemão impôs findo o debate e a aprovação do Programa do Governo. Acabrunhada e sem ripostar, a direita ouviu em silêncio as verdades que a deputada comunista não lhes poupou. E que a seguir transcrevemos na íntegra:

Estamos finalmente perante o último acto de farsa que a AD quis encenar perante o País.

Mais uma vez — já vamos na 4.ª! — alguns senhores do PSD, CDS e PPM entenderam envolver este órgão de soberania — a Assembleia da República — nas suas próprias questões internas, vindo aqui representar o «fazer de conta» de um compromisso político que não têm condições de obter no quadro normal da sua actividade partidária.

A moção de confiança arrogante e desastradamente fundamentada antes do jantar pelo sr. Primeiro-Ministro aparece perante o povo e o País como um acto de hipocrisia, uma conversa no seio da família AD desavinda, uma redundância política e uma operação de manipulação partidária, que evidentemente nada tem a ver com as regras constitucionais sobre formação de governos e até lhes está à margem.

A moção é em 1.º lugar uma operação de agitação e propaganda.

Serve em primeira «mão» para tentar dar ao País uma imagem falsa de coesão, de falsa competência, de consenso das várias famílias da AD, carinhosamente levada a casa dos portugueses pela voz servil da comunicação social controlada pela AD. Lá fora já não se acredita nesta maioria, nesta coesão, nesta política fracassada. Por isso esta moção não é apenas um tique, um saudosismo, um hábito. Sendo uma farsa, é sobretudo a moção do grande medo. Medo do crescendo do descontentamento popular, da resistência à política reaccionária e lesiva dos trabalhadores, medo do desencanto de muitos que enganados votaram AD e medo da ideia-força que cresce lá fora, no povo, que é preciso outra maioria, outra solução, que é urgente outra alternativa democrática.

Medo também do sentido de voto e da conduta futura dos deputados governamentais. Já é desconfiar da confiança dos deputados da AD: Mas o Primeiro-Ministro tem as suas razões...

Se isto fosse
com moções...

Há nove meses, durante a discussão da moção de confiança idêntica à de hoje, bem tentou Pinto Balsemão amarrar os seus deputados a um compromisso, bem propagandeou (sem convicção) mas propagandeou que passava a dispor de apoio e confiança para quatro anos de Governo. Terminou dizendo mesmo que nos deixássemos de palavras, pois o País precisa é de actos.

Passados meses substituiu ministros, passados mais alguns pedia a demissão, e agora aqui está novamente com um programa e um Governo requeitado, pedindo à maioria que vote outra vez e desta por mais algum tempo se possível a confiança no seu Governo.

Mas, sr. Primeiro-Ministro, srs. deputados, nem cá dentro, nem sobretudo lá fora na rua ninguém acredita neste cerimonial-farsa a que a AD obriga o País a assistir.

Com a moção de confiança ou sem moção, o Governo de Pinto Balsemão/Freitas do Amaral terá a curto prazo o caminho do anterior. Esta moção amarrará tanto os deputados ao Governo como a anterior. Se isto fosse com moções de confiança não estaríamos no VIII Governo após a aprovação da Constituição. No debate da moção de confiança anterior, dizia um dos mais proeminentes críticos, deputado do PSD: «Afirmamos a nossa confiança a um Governo de legislatura, cujo prazo de acção é de quatro anos...». O tempo de instabilidade governativa, das incertezas constantes, dos governos que caem uns após os outros, cessou» e mais adiante dizia ainda o seguinte: «sabemos pôr os interesses nacionais acima das questões do partido, sabemos pôr o problema do País acima das nossas posições de partido».

Palavras não eram ditas e foi o que se viu!

Freitas do Amaral
o eco de Balsemão?

O ministro Freitas do Amaral que aqui afirmou antontem pretender ser o eco do sr. Balsemão ao dizer (cito): «eu direi exactamente o mesmo

EDUCAÇÃO

Um ministro preocupado com a herança do seu antecessor

* Preocupado com o panorama da educação em Portugal é de crer que esteja, na presente conjuntura, o ministro Vítor Crespo.

E não lhe faltam razões profundas, a tal a pesada herança que lhe foi legada pelo seu antecessor, a tal ponto foi incompetente e desastrosa a sua acção. O diagnóstico está feito: agravou-se a crise do sistema de ensino, cada vez menos capaz de dar resposta às exigências que se lhe colocam; acentuou-se a ausência de soluções inovadoras e eficazes em todos os domínios; apertaram-se mais e mais as malhas duma perspectiva de classe; reaccionária e selectiva, seja através da institucionalização desse aborto tão acarinhado pela direita, nova Duquesa de Brabante a chorar em breve o filho morto, que é o 12.º ano, seja pelo recurso à prática do *numerus clausus*, tão estranguladora que um dia se esbaterá por completo a expressão do *numerus* para apenas sobressair a da clausura e do bloqueamento. Clausura dos direitos, dos sonhos, das esperanças dos jovens, designadamente dos filhos dos trabalhadores, placados, além do mais, por uma política económica restauracionista e antioperária. Bloqueamento dos acessos à educação de grau superior com o consequente empobrecimento da ciência, da técnica, da produtividade investigativa e cultural do nosso país.

(...)

No concernente à imperiosa necessidade de erradicar o analfabetismo, o Programa, quase totalmente omissão, remete certamente para a solução televisiva do sr. ministro, ou seja: para aquilo que poderia rotular-se como a «teoria do desaparecimento dos analfabetos por morte». Bela solução, senhor presidente, senhor deputado. Há quem não esteja alfabetizado em Portugal? Sim, há. Qual a palavra de ordem do Governo AD: o gerontocídio.

O preço dos livros e do material escolar é exorbitante? As bolsas de estudo são reduzidas e deflacionadas? Não há problema: o Executivo Balsemão/Freitas do Amaral tem a medida certa na manga: o apoio ao Ensino particular, talvez a única consigna programática em que se não visa a ambiguidade e claramente se afirma um propósito.

Este senhor ministro entrou uma vez para o Governo e pro-
vou que não servia. Eis que é uma segunda vez chamado ao exercício de funções. Reprova a sua incompetência. Como prémio é feito uma terceira titular da pasta da Educação. Poder-se-ia (e não poderia-se, para não utilizar a gramática habitual do Prof. Vítor Crespo) lá por aí adiante, se se acreditasse no impossível: um outro Governo AD. Quer dizer, parafraseando o grande escritor: quanto mais um homem provar a sua incapacidade tanto mais apto está, nestes baços tempos que correm, ante os olhos miopes da AD, para servir o seu país.

(...)

Poderá a face cultural da AD brilhar como ouro (admitindo que isso alguma vez seria possível tendo em conta o seu projecto intrínseco) quando é de latão o seu enquadramento económico e financeiro, de estanho a moldura político-social de que promana?

Por outro lado, como harmoniza o senhor ministro (e selecciono uma ilustração apenas, entre muitas) proclamada intenção de defender e preservar a Língua Portuguesa com o hábito que o seu Governo generalizou de se exprimir, em Portugal, em acontecimentos oficiais, noutras línguas?

Passo a concluir. Quando o senhor ministro Vítor Crespo incorpora o Ensino Especial na rubrica destinada à Educação de Adultos, tratando estes como deficientes e aqueles sem o mínimo desvelo, prática mais uma enormidade ou estamos perante uma gralha do texto?

Qualquer que seja a resposta, senhor presidente, senhores deputados, o que se nos afigura claro é que este Governo é, ele sim, uma gralha na democracia portuguesa. Por isso não durará nem emplacará por muito tempo a estrela de Abril.

(José Manuel Mendes)

que o sr. Primeiro-Ministro», há um mês, mais concretamente a 6 de Agosto abandonava-o e punha uma pedra para a sua queda numa palestra televisiva.

Diga-se entre parêntesis que o ministro Freitas do Amaral instituiu um novo hábito na vida portuguesa. Afirmção e compromisso que tome pomposamente perante o País é certo e sabido que mais meses não se transforma no seu contrário. Todos nos lembramos certamente de como anunciou o verão calmo em 78, menos de um mês antes de dar a punhalada fatal nas costas do seu governo com o PS a quem agora acena com um acordo de regime. Todos nos lembramos que há meses dizia enfaticamente que não iria mais para ministro se o Presidente Eanes ganhasse as eleições!

Mas também em matéria de píruetas o professor Amaral tem rivais na AD. Quantos dos que votaram a moção de confiança do Governo Balsemão, vieram a considerar e a dizer publicamente que o Primeiro-Ministro era incompetente, e que não tinha boa imagem ou espírito de liderança? Inútil, maldicência, a que assistiram espantados e revoltados os portugueses num desfile que faria covar d. Lurdes Mesquita da «Água Viva».

A moção é em 2.º lugar uma peça no processo de clientelismo.

Se esta situação se deve antes do mais ao profundo fosso que separa as aspirações e sentido do povo — deste Governo — há também, e é importante dizê-lo para que não surjam denegridas as instituições democráticas e a democracia aos olhos dos cidadãos, há também, inegáveis actuações de muitos que dão o triste espectáculo de se servirem dos cargos políticos para a sua promoção pessoal, de usarem os cargos para que são eleitos para se servirem a si e não para servirem o povo. O Estatuto de deputado da AD foi apenas a gota que deitou por fora a crescente indignação popular.

E com isso, o senhor Primeiro-Ministro ainda tem o despudor de insistir em renovar, insolentemente, o insulto que lançou sobre os trabalhadores ao chamar-lhes «parasitas» e misturá-los com marginais e intermeditários.

Mas quem são
os parasitas?

Mas quem são os parasitas, Sr. Primeiro-Ministro? Relembre a formação do seu Governo, que revelou um tropel infidél de clientelas, de despeitos, de ambições galopantes. Os artífices, incómodos e divisões gastaram quilos de papel e tinta. Entre os colunistas da AD chorou-se o despedimento deste e daquele governante, apadrinhou-se e promoveu-se aquele outro, estranhou-se a bizarra estrutura governamental, ponderou-se a monumentalidade balofa de certos Ministérios. Um editorialista que por acaso não entrou agora no Governo chegou mesmo a resmungar a possibilidade de um futuro VIII Governo sem Balsemão.

Já aqui durante o debate vimos ex-ministros sair da sala para não terem o incómodo de ouvir e falar dos seus sucessores. E que neste debate ninguém ousou apadrinhar com orgulho a herança do Governo Balsemão defunto. Procura-se criar um ar de novidade. Mas há novidades?

É verdade que o MEC mudou para MEU e que o sr. deputado Vítorino que estava no Algarve está agora na emigração enquanto o sr. deputado Nandim de Carvalho que estava na Emigração está agora no Turismo. E é verdade que o sr. Carlos Macedo se retirou da Saúde, logo recuperada pelo ex-ministro da Habitação.

Finalmente, o sr. Cavaco e Silva continua à espera em casa e é possível que nos próximos dias não volte a reunir-se com o dr. Freitas do Amaral e Eurico de Melo na sede do Conselho Nacional do Plano. Eis o que mudou. A política, essa é a mesma.

Uma política
de engorda dos muito ricos

A moção é em 3.º lugar um acto de maquilhagem da acção governativa da AD.

Revela-o bem o comportamento das bancadas governamentais durante o debate deste programa de saldo de fim de estação. Que enorme falta de convicção! Que lições mal estudadas e pior debitadas! Quando se tratou de prometer fio de novo um lodagal vergenhoso de pseudo projectos que nunca serão realizações. Quando se tratou de ameaçar, foram as tiradas boçais e arrogantes dirigidas aos que trabalham e lutam contra este Governo patronal, prepotente e repressivo.

Esta moção de confiança não sustirá mais efeito que a anterior porque a questão não é de moções. O problema está em não haver uma correspondência entre a maioria parlamentar e o sentir, as aspirações dos portugueses.

Há um fosso profundo entre as esperanças e desejos dos trabalhadores, dos camponeses, das mulheres, dos jovens deste país e a política que a AD leva a cabo. Uma política de destruição sistemática do que se conquistou após Abril e da reposição dos privilégios e de benesses daqueles que nos exploraram durante 50 anos. Uma política de engorda dos muito ricos,

* Os incêndios florestais assumiram no presente ano proporções calamitosas de graves consequências económicas e sociais.

O Património florestal consumido pelas chamas atingiu mais de 50 mil hectares. É elevado o número de mortos e feridos, casas e culturas destruídas, gado morto... etc.

E o Governo, incapaz de encarar de frente a questão, multiplica as desculpas.

O ano, particularmente seco, fazia prever enormes riscos, mas as proporções assumidas resultaram em grande parte da incúria e do boicote do Governo e da AD.

Em Fevereiro, o sr. primeiro-ministro Pinto Balsemão afirmou que iriam ser tomadas medidas de reforço para a prevenção, detecção e combate aos fogos.

Na prática as medidas fundamentais não foram adoptadas. A AD que já anteriormente havia rejeitado o projecto-lei do Grupo Parlamentar do PCP sobre a defesa da floresta, contra os incêndios, boicotou mais uma vez a re-

solução do problema, quando durante a ratificação pedida pelo PCP ao decreto-lei n.º 327/80 e rejeitou outras medidas necessárias.

A AD disse não à atribuição de subsídios para suportar os custos de aquisição e uso de equipamentos de detecção e combate aos incêndios. A AD recusou a garantia legal de compensação de eventuais perdas de salários de pessoal empenhado no combate aos incêndios. Rejeitada foi igualmente a nossa proposta que impunha a formação de corpos especiais de vigilantes de incêndios.

Por outro lado, não foi sequer apreciado o projecto do PCP visando a reestruturação da comercialização de madeiras. Agora o boicote do Governo AD verificou-se perante a necessidade de promover a extração de emergência de cerca de 3 milhões de esteres de madeira. O Governo limitou-se a garantir aos madeireiros que as empresas de celulose e serrações pagariam a madeira queimada ao preço da madeira verde. Garantiu aos madeireiros, mas

no informou devidamente os produtores florestais, que acabam não só por ser vítimas dos fogos como da especulação e negócios escalabrosos.

Contudo, o Governo podia e devia ter cumprido a lei, que por iniciativa da Oposição, passou a comprometer o Estado, em conjugação com os produtores, a promover a instalação de parques de emergência para a recepção das madeiras ardidas e a facilitar por todos os meios a respectiva tiragem e comercialização. «Depois da casa arrombada trancas na porta» é o ditado que bem se pode aplicar a este Governo da AD quando vêm agora prometer medidas que o anterior Governo Balsemão também prometeu, que em certos casos já são lei e a AD nunca cumpriu! Basta de palavras, senhores do Governo! São realmente necessárias medidas imediatas, nomeadamente as tendentes a apoiar os sinistrados (medidas que podem ir desde a isenção da Contribuição Predial Rústica até à atribuição de subsídios para a limpeza das matas, para reforestação para o repovoamento a efectuar pelos próprios produtores, etc, etc, etc).

É necessário garantir mesmo o corte e escoamento das madeiras ardidas e impedir que os produtores florestais tenham de vender ao desbarato e por tuta e meia as suas madeiras a grandes intermediários sem escrúpulos, que já estão a explorar as incertezas e dúvidas resultantes da desinformação e da incapacidade deste Governo.

(...)

Por outro lado, a Assembleia da República não pode ser alheia a toda esta tarefa.

Por isso mesmo o PCP propôs a constituição no mais curto prazo de uma Comissão Eventual da Assembleia da República que, em tempo útil, estude aprofundadamente e proponha ao plenário um verdadeiro Código da Floresta e outras medidas necessárias para a completa salvaguarda da floresta portuguesa...

Não pode admitir-se que continuem a ser devorados pelas chamas milhares de hectares do património florestal do País. Não pode tolerar-se que se continue a contar unicamente com o esforço abnegado (que muitas vezes custa a própria vida) dos soldados da paz e das populações.

(...)

(Oktávio Teixeira)

(Álvaro Brasileiro)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

Poder local

DORL dá o exemplo

Avança a preparação da Conferência do PCP sobre Poder Local

Na sequência da distribuição do projecto de documento-síntese em todas as organizações do Partido para a Conferência do PCP sobre o Poder Local, a realizar em Almada no próximo dia 18 de Outubro, a DORL do PCP avançou já com um debate sobre a questão, realizado no Centro de Trabalho do Hotel Vitória, em Lisboa, no passado sábado, e contando com a participação de várias dezenas de camaradas, delegados eleitos à Conferência. Na mesa que presidiu estavam os camaradas Luis Sá, da Comissão Central de Autarquias, Martins Coelho, do Executivo da DORL, Marreiros, da Amadora, Manuel Fernandes, da DORL e vereador em Torres Vedras, Dias Coelho do CLL, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Júlio Vintém, da Azambuja, Nascimento,

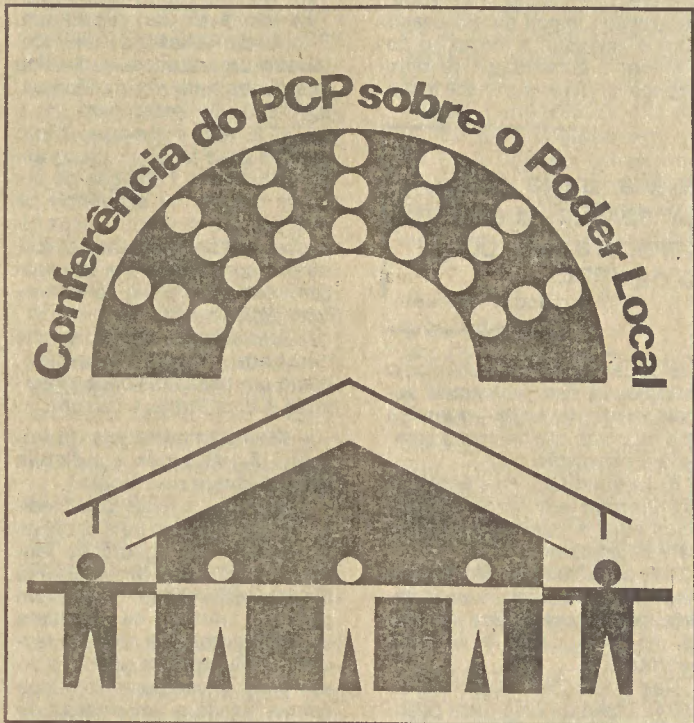
de Sintra; coordenou os trabalhos o camarada Rodado, de Vila Franca de Xira.

Seria o camarada Rodado a abrir o debate com uma exposição donde ressaltou a necessidade de dinamização a nível nacional dos trabalhos preparatórios da Conferência, tanto mais que, estando já entregue em todas as organizações o projecto de documento-síntese para a Conferência existe uma base real de trabalho. Foi igualmente sublinhado pelo camarada Luis Sá, que apresentou o documento e desenvolveu algumas questões nele contidas, a necessidade de o discutir intensamente desde já e a nível de todo o Partido, nomeadamente os camaradas ligados a esta frente de trabalho, após o que terá a sua forma definitiva dada por uma comissão de redacção, a qual contemplará as possíveis

propostas de alteração que surjam.

Foi recordado durante a reunião que este projecto de documento-síntese emerge de cerca de 50 documentos, mais de 400 intervenções e dezenas de reuniões realizadas, em geral, com a presença de centenas de camaradas, o que significa a participação de milhares e milhares de pessoas na discussão desta frente de luta em que o Partido está empenhado.

Apesar do «em cima da hora» que em certa medida condicionou a reunião e, como referiu o camarada Martins Coelho, impediu uma leitura atenta do projecto de documento-síntese, durante a reunião de sábado já surgiram várias observações e sugestões que, embora todas mais ou menos feitas a título individual e carrecidas ainda de aprofundada discussão nos respectivos organismos dos



intervenientes, enriqueceu o debate e deu bem o tom que é preciso prosseguir até à Conferência.

Força, camaradas autarcas! Ao trabalho, que

esta importante batalha começa a ganhar-se hoje, já, com a capacidade de organização e o dinamismo criador que caracteriza o nosso Partido!

APU em Miragaia aponta objectivos e define prioridades

Miragaia é o nome de uma das freguesias ribeirinhas da cidade do Porto, que nas últimas semanas foi alvo das atenções da opinião pública e das forças políticas. A realização de eleições intercalares tornou-se a única saída possível para ultrapassar a situação criada pela incompetência e o desinteresse manifestos do anterior executivo de maioria «AD», motivos que a par de outros influenciaram, justamente os resultados da votação. Entretanto, tais resultados assumiram de imediato um significado nacional: é que também através deles se manifesta cada vez com a maior veemência a impopularidade da coligação reacçãoária. Os resultados eleitorais confirmam-no claramente: a «AD» perde 792 votos, passa de 1332 para 540, desce em percentagem de 35,2 para 22,1, enquanto o PS passa de 33,7 para 32,7 por cento, perdendo 476 votos. A APU passa de 25,5 para 40,4 por cento, ganhando 12 votos absolutos.

Os resultados da APU testemunham uma acção política de esclarecimento e mobilização das populações, um trabalho de unidade persistentemente levado a cabo e com empenhamento dos activistas da APU para a resolução dos graves problemas da freguesia. Com tais resultados, o povo de Miragaia atribuiu à APU a responsabilidade da direcção do trabalho de melhoramento de Miragaia.

Para nos falar sobre as perspectivas de acção que a APU pensa levar a cabo, tro-

cámos breves impressões com o camarada Joaquim Nascimento, cabeça da lista da APU vencedora das eleições do passado dia 13.

— Quais são os problemas mais graves da freguesia? Que dificuldades terão que enfrentar?

— Mais grave é o problema da habitação. A freguesia é uma zona degradada da cidade, 80 por cento, se não mais, dos edifícios estão em ruína, são coabitados e sobreocupados. Desta situação resultam inúmeros problemas de ordem social. O

problema da juventude e da infância merece muita atenção. Há só um parque infantil, os garotos passam todo o dia na rua, há acidentes.

Depois, há problemas de arruamentos, de saneamento, o que existe é muito antigo e causa constantemente problemas, a água e a luz,

- Entrevista com Joaquim Nascimento, novo presidente da Junta de Freguesia de Miragaia

embora não tão graves, são também questões preocupantes.

— De que forma vão fazer face a esta situação, que prioridades estabelecer?

— Por exemplo a questão da habitação, não depende inteiramente de nós. Nós podemos alertar, denunciar, chamar a população a intervir junto da Câmara.

Existe um comissariado para a renovação urbana da área da Ribeira — Barredo, reclamaremos a sua extensão a Miragaia. Existe um projecto da Associação de Moradores entregue na Câmara desde 1976, que prevê

a construção de 236 fogos, exigirmos a sua concretização. Existem dois prédios, propriedade da Câmara, um na R. Armenia, outro na Calçada das Virtudes, que podem servir para habitação social, lutaremos por isso.

Um problema que tentaremos resolver de imediato é o

— Bem, da Câmara não podemos esperar quase nada. Temos de trabalhar com a população e exigir da Câmara os meios para a resolução dos problemas.

O apoio da população, a sua participação, é um meio muito importante. Com esses nós contamos. Depois temos 1500 contos, atribuídos. Roubaram-nos muito, 1500 contos não chega para nada.

— E sobre os resultados eleitorais: foram uma surpresa?

— Não. Não foram surpresa. Só poderiam ter sido para quem não acompanhou o processo da queda do executivo e a campanha eleitoral. A receptividade da população foi muito grande. Fizemos muitas iniciativas úteis. A gente transformou por completo o Horto. Fizemos porta-a-porta, para conhecer, discutir, ouvir. O nosso programa corresponde às aspirações, ao sentir das pessoas. Os elementos da lista são gente conhecida, querida da população.

De qualquer forma, o apoio que temos não se traduziu numericamente, o nosso apoio é superior. Houve muitas abstenções, que significaram uma abstenção consciente, na recusa em votar «AD» e também PS.

dos lavadouros, recuperando os que existem e construindo mais. Isto porque as pessoas em casa não têm condições para lavar a roupa.

O Horto, é um terreno de área enorme, propriedade municipal, um espaço livre imenso que está abandonado, onde se poderá criar uma zona verde, parques infantis, existindo um edifício que poderia ser aproveitado como centro de convívio da terceira idade. O Horto, o seu aproveitamento, é muito importante.

— De que meios vocês dispõem para concretizar esses projectos?

Eleições em Belém por incompetência da «AD»

- A distância que vai da demagogia às acções concretas em favor das populações

Os moradores da freguesia de Santa Maria de Belém voltam às urnas no próximo dia 25 de Outubro para eleger os seus representantes na Assembleia de Freguesia.

As eleições intercalares, para um mandato de um ano, foram provocados pelo abandono da maioria AD da anterior Assembleia, num reconhecimento da sua própria incompetência e incapacidade para gerir os interesses da freguesia. Esta situação provocou a paralisação dos órgãos autárquicos durante quase um ano, enquanto a Comissão Administrativa, cozinhada pela AD na Câmara Municipal de Lisboa para assegurar os assuntos correntes da freguesia, afastava completamente as forças democráticas dos órgãos de poder local para que foram eleitos.

Durante quase um ano as forças democráticas, designadamente a APU, foram impedidas de fiscalizar os actos da Junta e de apresentar e discutir ali os problemas e careências da população e de pressionar os órgãos competentes para a sua resolução — denuncia um comunicado da APU da freguesia de Belém.

Como a APU recorda, a acção da AD durante o seu mandato em Belém não podia ser mais negativa. Um breve paralelo entre o que prometeu e o que

fez constitui o melhor retrato de dela se pode fazer.

No domínio da habitação a AD comprometeu-se a fazer um levantamento do número de casas degradadas e a trabalhar na sua recuperação. Dois anos depois, as casas degradadas, principalmente as municipais, estão ainda mais degradadas.

Para a infância e terceira idade haveria uma creche-infantário e um lar de idosos, a construir num terreno que é propriedade da Junta, localizado junto ao cinema Restelo. A construção do lar e da creche não foi sequer iniciada. É legítimo pensar que os eleitos da AD andaram por demais ocupados na construção da famigerada Feira de Belém, onde se enterraram para cima de vinte mil contos, verba «penas» vinte vezes superior à que é atribuída à Junta de Freguesia pela Lei das Finanças Locais.

No que se refere ao saneamento básico o programa da AD era aliciente: construção de balneários e lavadouros públicos na Vila Correia, Irmão Pobre e outros locais não discriminados, para além do levantamento das canalizações de água e esgotos

AD quer impedir liberdade de expressão na cidade de Lisboa

A maioria AD na Câmara Municipal de Lisboa ensaiou na passada segunda-feira a primeira tentativa para fazer aprovar naquele órgão autárquico uma proposta gravemente limitativa e atentatória das liberdades de expressão e informação colectivas e individuais. A proposta, que não chegou a ser discutida, constitui um claro atropelo ao consignado no Artigo 37.º da Constituição da República e mais não visa do que cercear direitos fundamentais conquistados com a Revolução de Abril.

Como se salienta num comunicado divulgado sobre o assunto pelo Comité Local de Lisboa do PCP, a pretexto de uma eventual protecção do património cultural e arquitectónico da cidade e preservação de enquadramentos paisagísticos e ambientais, por conseguinte, demagógica e hipocritamente à luz de princípios e objectivos que são caros às forças democráticas e à população de Lisboa, pretende a AD/Abecasis que se aprove em Câmara a proibição de afixação, colagem ou pintura de faixas, panos, cartazes ou outros dísticos em zonas da cidade que não delimita e até nas árvores.

A AD, faz notar o documento, não tem o mínimo de autoridade moral ou outra para sequer abordar o tema da protecção do património, particularmente em Lisboa.

Com efeito, recorda o CLL do PCP, são bem conhecidos do Povo português, e do povo de Lisboa em particular, os autênticos crimes cometidos pela AD/Abecasis contra o património cultural e arquitectónico da cidade:

No Castelo de S. Jorge — onde acrescentou nova torre medieval construída no século XX e destruiu a Sala Ogival;

— na Feira de Belém, autêntico «mamarracho» colocado frente aos Jerónimos com «alto patrocínio» da AD/Abecasis e da Junta AD da Freguesia de Belém;

— as famigeradas Torres do Tejo, que pretendia fazer edificar numa zona da cidade extremamente sensível sob o ponto de vista urbanístico, paisagístico, sanitário e ambiental;

— autorizações para demolição, e concretização de chorudas negociações, de edifícios classificados de interesse público, como por exemplo o célebre caso do quarteirão da Av. da República onde se situa a Paste-

laria Versalhes e o edifício conhecido por SPOC/Soares Carneiro por ter servido de sede do derrotado candidato da AD à presidência da República, etc., etc.

Se outras razões não houvesse tanto bastaria para desconfiar deste súbito interesse da AD na preservação do que é do povo.

Mas há mais. Há a ilegalidade e inconstitucionalidade total da proposta que contém matéria da exclusiva competência da Assembleia da República — direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O balão de ensaio

O que está em causa, no entanto, é bem diverso do enunciado na proposta. Trata-se, como refere o documento do CLL, do primeiro balão de ensaio da AD/Abecasis para novas investidas nesta matéria, no que toca designadamente a

restrições de propaganda política, sindical e outras, a fim de limitar ainda mais — para além do que já se pratica na RTP, RDP e outros órgãos de comunicação social — as possibilidades de as posições e pontos de vista do PCP, da APU, e de outras forças democráticas sobre a ruinosa gestão AD/Abecasis chegarem ao conhecimento do povo de Lisboa.

Além do mais cabe recordar que foi a AD que nos últimos actos eleitorais afixou a sua propaganda em monumentos nacionais, igrejas, capelas, edifícios públicos claramente identificados e edifícios ou conjuntos classificados de interesse público. Não as forças democráticas, muito menos o PCP e a APU.

Porque, como o CLL do PCP afirma, o PCP e a APU respeitam e respeitarão o património histórico, cultural, arquitectónico, paisagístico e ambiental da cidade de Lisboa e lutam e lutarão contra todos os

que, como a AD/Abecasis, contribuíram e contribuem para a sua delapidação e se querem apresentar agora hipocritamente como arautos da sua defesa.

Isto não significará contudo a abdicação num só momento dos direitos e liberdades de expressão e informação ao povo da cidade de Lisboa, conquistada com o 25 de Abril e consagrados na Constituição da República Portuguesa.

O revolucionador

No estilo próprio do presidente da Câmara de Lisboa — decide, determina e manda publicar sem consultar a vereação — Kruz Abecasis anunciou em conferência de imprensa que as Torres do Tejo passaram a Torres de Benficia.

A longa exposição com que tentou justificar a mudança deu para afirmar a sua intenção de ir «revolucionar» Lisboa, mas não para convencer das razões da mudança. Compreende-se, pois trata-se, na verdade, de uma (mais uma) derrota dos projectos AD e um sério revés com uma operação que era apresentada como ponto maior da propaganda da AD em Lisboa.

E trata-se, sobretudo, de uma vitória da população de Lisboa.

Mas se mudaram as torres não mudaram as intenções, como aliás alerta um comunicado da APU sobre o assunto. Porque a AD insiste em «terciarizar» a zona de Alcântara e da Avenida de Ceuta, o que significa na prática procurar manter ali, por outras formas, a perspectiva dos desastrosos efeitos, nomeadamente de tráfego e esmagamento dos pequenos e médios comerciantes, que as Torres do Tejo provocariam. É imperioso travar também tais propósitos.

«Revolucionar» a cidade, significa para a AD — alerta a APU — a sua progressiva destruição e descharacterização da sua imagem, entregá-la aos grandes interesses privados nacionais e estrangeiros, delapidar o seu património.

É preciso impedi-lo. É preciso salvar Lisboa. É cada vez mais urgente uma alternativa democrática na cidade e no país.



St.º Ildefonso (Porto) Novas eleições é a solução

A incompetência, a corrupção, as ilegalidades, o desinteresse, são alguns dos traços que têm caracterizado a actuação da AD nas autarquias da cidade.

Duas freguesias recorreram a eleições suplementares: Sé e Miragaia. Esta é também a solução preconizada pela APU para a difícil situação que se vive nos órgãos locais da freguesia de St.º Ildefonso, no Porto.

A Assembleia de Freguesia de maioria AD recusou sempre as propostas construtivas da oposição, especialmente da APU, sem nunca ter apresentado propostas suas. Desde a incapacidade de dirigir uma reunião à falta de actas, passando pela não convocação dentro dos prazos das assembleias, e pela permissão da continuidade em funções do executivo sem que esta aprecie o seu programa de actividades, tudo acontece nesta Assembleia de Freguesia.

O presidente do executivo afastou-se do Porto, por razões profissionais, sem promover a sua substituição. Alestados, cheques, outros documentos, amontoaram-se. Sem assinatura do presidente não podiam seguir o andamento normal.

O executivo não realizou reuniões públicas, não apresentou plano de actividades,

não administrou os serviços da freguesia, não prestou contas nem informações, e por fim abandona as suas funções, sem esclarecer casos como o do ofício do MAS que reclama o não aparecimento de um subsídio de 700 contos nos orçamentos e o da admissão de pessoal sem concurso público.

A situação é neste órgão de tal maneira caótica que como nos disse Fernando Ribeiro, eleito da APU na AF, «chega uma altura em que nem se sabia quem tinha condições de continuar o mandato, quem o tinha perdido, não se sabia, enfim, a composição exacta da Assembleia».

A AD tenta no seu seio encontrar uma solução mas isso não será fácil, pois o CDS tenta demarcar-se do executivo PPD e conspira no sentido de elementos seus ocuparem o lugar de presidente.

Na última Assembleia de Freguesia, em 15 de Setembro, dos 11 eleitos da AD, apenas 6 estavam presentes. As presenças da APU e do PS somavam 7. Assim, foram derrotadas as suas propostas para eleição da mesa da AF e de Executivo.

Na sua intervenção nesta reunião a APU afirmou:

«A gravidade dos acontecimentos, as ilegalidades cometidas, a demonstração de mais cabal incapacidade e desinteresse não se compadecem com qualquer solução de circunstância. A AD falhou».

Fernando Ribeiro disse sobre a solução preconizada pela APU: «Pensamos que a única solução que resta à maioria é a sua auto-demissão. Assim, a APU exigirá publicamente a dissolução da AF, a marcação de novas eleições e a nomeação de uma Comissão Administrativa fora da área da AD».

Santo Ildefonso: mais uma autarquia que cairá de podre. Do podre da política AD, de que já caíram duas autarquias do Porto, do podre de que estão corroidas muitas outras inclusivé a Câmara. Afinal, do podre do Governo «AD» deste país.

APU
POVO UNIDO

Freguesia de BELÉM

ELEIÇÕES: 25 Outubro

Internacional

Etiópia constrói o futuro

Um plano de dez anos de transição para o socialismo

«Esta festa de patriotismo e confiança, sob um sol esplendoroso, reflectia sem dúvida uma grande ligação do povo à revolução e uma expressiva manifestação de apoio ao governo revolucionário» — declarou ao «Avante!» o camarada Jorge Araújo, do Secretariado do CC do PCP, que, juntamente com o camarada Rogério de Carvalho do CC do PCP representou o nosso partido nas comemorações em Adis-Abeba do 7.º aniversário da Revolução Etíope.

«Testemunhava, ao mesmo tempo, de forma elucidativa — continuou — a saída definitiva da fase de anarquia e de terror por que há ainda bem poucos anos (segundo testemunho de camaradas que integraram anteriores delegações) a Revolução Etíope tivera de passar. Agora, pode verificar-se facilmente como o clima de insegurança e de guerra foi substituído pela estabilidade, pela ordem, pela confiança na revolução»

— Podes dar-nos uma imagem sucinta do que foram as comemorações?

As comemorações do 7.º aniversário da Revolução Etíope consistiram em três actos principais: uma grande concentração com desfile; um espectáculo cultural com a apresentação de folclore das várias regiões do país; e uma recepção no Palácio Nacional.

A concentração foi uma grande manifestação de massas. Realizou-se na Praça da Revolução, situada no coração de Adis-Abeba. Centenas de milhares de pessoas puderam manifestar assim a sua identificação com a revolução e com os seus dirigentes. Enquanto numa banda alguns milhares de jovens formavam um mosaico onde sucessivamente surgiam palavras de ordem e símbolos patrióticos, realizou-se um desfile muito colorido e bem organizado, aberto por um grupo numeroso de crianças orfas de combatentes caídos em defesa da revolução.

Desfilaram representantes das principais organizações de massas, grupos compactos de operários e camponeses e, por fim, destacamentos dos vários ramos das Forças Armadas.

— Que nos podes dizer da nossa participação nas comemorações?

A nossa participação nas comemorações verificou-se no quadro das relações fraternais existentes entre o Partido Comunista Português e a Comissão para a Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, expressão elevada da amizade entre o povo português e o povo etíope, dois povos que, por coincidência feliz, se libertaram no mesmo ano — 1974 — de prolongadas e cruéis ditaduras.

Foi com muita satisfação que pudemos levar ao CC da COPTE as saudações do CC do PCP e testemunhar a nossa solidariedade e apoio à revolução etíope, com a nossa presença nas comemorações do seu 7.º aniversário, ao lado de delegações de muitos Estados, de muitos partidos, de muitas orga-

país instituições comerciais e financeiras.

Estas importantes medidas de fundo, permitiram já melhorias nas condições de vida do povo, em todos os planos sensíveis: alimentação, habitação, saúde... Só a título exemplificativo: foi anunciado que no plano de guerra total contra o analfabetismo, já se conseguiu fazer

bem conseguido para a criação de grandes organizações de massas (sindicatos; camponeses; mulheres; juventude; comissões de moradores, etc.).

A intervenção do Presidente Mengistu destacou, sobretudo, os grandes temas da actividade para o imediato: a formação do Partido; a construção de uma economia forte; a consolidação

nário colocaram desde logo a necessidade de um partido da classe operária. Foram feitas diversas tentativas para a sua criação a partir das diferentes organizações que se reclamavam do marxismo-leninismo. Tais tentativas não resultaram. E foi então constituída uma Comissão Organizadora do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, em 1979. De então para cá, a COPTE tem desempenhado bem as suas funções, procurando estruturar a formação de um futuro partido, na sequência da criação de grandes organizações de classe onde a unidade dos comunistas e a sua ligação com as massas se fortalecem rapidamente.

A formação do partido é hoje colocada, no plano político, como um passo histórico importante e uma tarefa a cumprir.

— Qual a importância da Reforma Agrária nas condições que se vivem na Etiópia?

A Reforma Agrária foi a medida decisiva na luta pela abolição do sistema de exploração feudal. Em 1974, das terras aráveis do país 65% pertenciam a um pequeno número de membros da família real e da nobreza feudal, e 30% eram propriedade do alto clero. O campesinato etíope estava sujeito a um sistema de exploração, de repressão, de grande miséria e sofrimento. Expressão trágica desse sistema, é o facto de só em 1973/74 terem morrido, devido à seca e à fome, 200 000 camponeses nos campos da Etiópia.

das forças de defesa nacional; a irradicação dos problemas sociais mais graves; a poupança dos recursos nacionais e o combate à corrupção.

Foi anunciado que está em preparação um plano de dez anos para a fase de transição para o socialismo.

— A constituição do Partido dos Trabalhadores é uma tarefa fundamental. Que passos já foram dados nesse sentido?

Nas condições objetivas de 1974, à falta de uma força política organizada ou de um partido revolucionário, a coordenação e direcção da revolução popular pertenceu às Forças Armadas Patrióticas.

Entretanto, as exigências de direcção do processo revolucio-

baixar a taxa de 93% (1974) para 65%.

Na única intervenção das comemorações do 7.º aniversário, o Presidente Mengistu Haile-Mariam, depois de um balanço sumário das principais fases por que passou a revolução nestes 7 anos, deteve-se na demonstração das razões de confiança quanto ao progresso das transformações que se estão a produzir na Etiópia Socialista.

Referiu a importância particular das questões organizativas nesta fase da revolução, sublinhando os passos positivos dados até agora: rápida implantação da COPTE, com muitas actividades já desenvolvidas no caminho da formação do Partido do povo trabalhador (um partido marxista-leninista); o esforço

nizações e movimentos revolucionários.

— Que balanço se pode fazer dos passos dados pela revolução no último período?

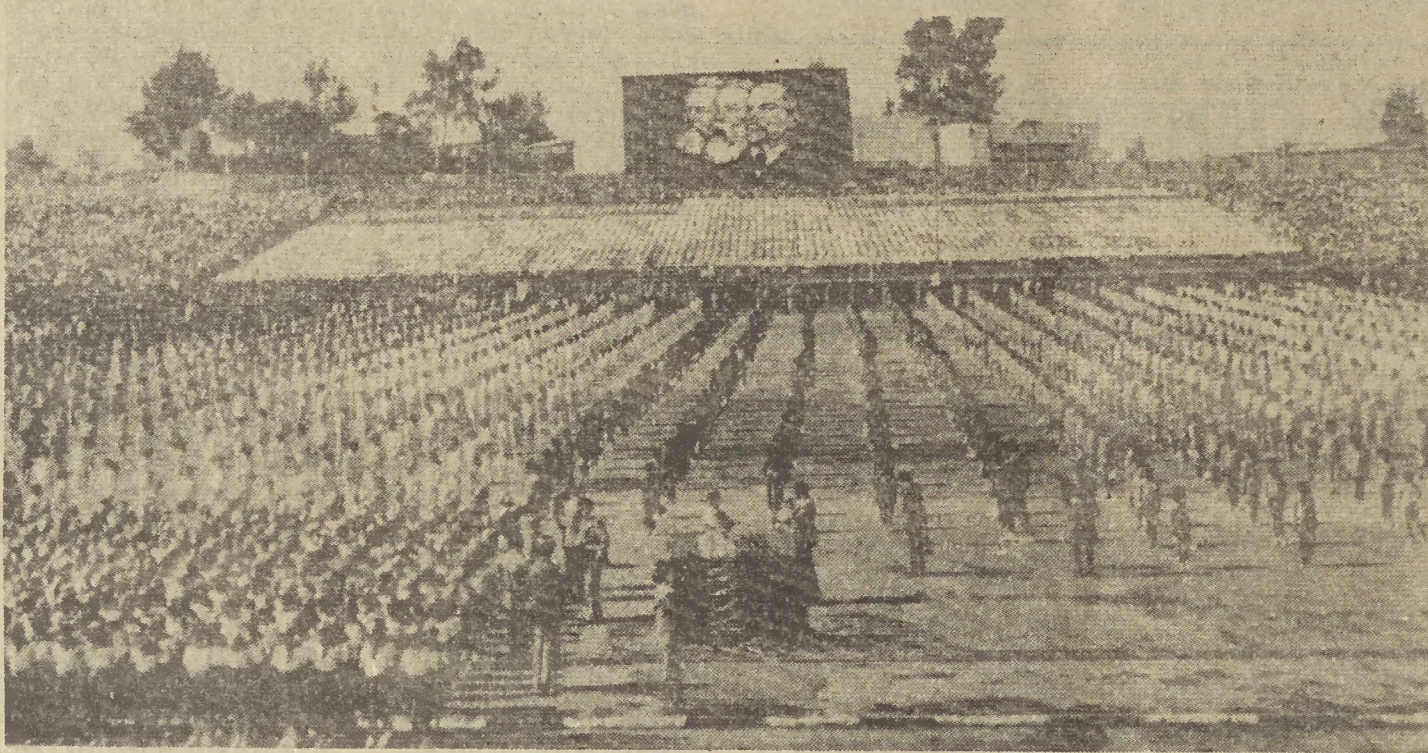
A revolução etíope provocou radicais transformações socioeconómicas. Marcou a queda da monarquia, o fim do sistema feudal decadente que simbolizava milhares de anos de exploração e de opressão.

O poder revolucionário, em poucos anos, tomou medidas importantes em benefício do povo.

Lançou uma campanha de politização, organização e educação das massas rurais, campanha que durou dois anos e envolveu 60 000 estudantes, professores e militares.

Lançou as bases da Reforma Agrária.

Procedeu à nacionalização da maior parte dos meios de produção e de distribuição, das princi-



A grandiosa concentração na Praça da Revolução, no centro de Adis-Abeba, envolveu a participação de centenas de milhares de pessoas

Solidariedade com os povos Palestiniano e Libanês

Convocada pelas organizações populares da Palestina, realizou-se em Beirute, capital do Líbano, de 10 a 12 de Setembro (como foi referido no «Avante!» anterior) uma Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos Palestiniano e Libanês.

A Conferência — que contou com a participação de representantes de países de todo o mundo, organizações progressis-

tas e populares, de defesa da paz, organizações de amizade e partidos políticos, e incluiu uma delegação portuguesa, constituída por Carreira Marques, do PCP, Jorge Lemos, em representação do Movimento da Paz, e Vasco Graça, do Sindicato dos Professores de Lisboa — convocada com carácter de emergência, face ao ataque genocida do populoso bairro de Fakhani, em Beirute, de-

monstrou uma vez mais, há poucos dias, a sua plena actualidade: três carros armadilhados explodiram em Beirute provocando mais mortos e feridos.

A delegação portuguesa participou nos trabalhos da Conferência com três intervenções, contactou com várias organizações palestinianas, movimentos e partidos políticos dos países do Médio Oriente. Foi recebida pelo dirigente da OLP,

Yasser Arafat, que frisou a importância da solidariedade do povo português.

Os representantes do nosso país na Conferência tiveram a oportunidade de visitar Nabythia — uma aldeia destruída, diamante bombardeada, localizada na fronteira sul, com grande concentração de forças armadas palestinianas e dos patriotas libaneses. Um exemplo da política criminosa de Israel, e também do heroísmo das forças progressistas do Líbano e dos palestinianos.

Dois factos esclarecedores: um edifício isolado, inacessível, uma escola normalmente frequentada por cerca de 500 crianças. Bombardeada pelos aviões israelitas, morreu 50 crianças, 300 ficaram feridas. O assassinio foi deliberado — o ataque verificou-se durante o dia, à hora do funcionamento de aulas. Outro exemplo: um dos objectivos dos sionistas é cortar as vias de comunicação, impedindo assim os abastecimentos para abrir caminho à ocupação. Num dos últimos raids aéreos todas as pontes da zona foram destruídas. A sua reconstrução, porém, demorou apenas uma semana.

Esta batalha quotidiana por manter a vida onde as forças reacçãoárias a querem aniquilar, este esforço de reconstrução permanente — caracteriza de forma exemplar a acção da OLP e das forças progressistas do Líbano, é garantia da vitória da justa causa palestiniana.

8.º aniversário da República da Guiné-Bissau

Comemora-se hoje, 24 de Setembro, o 8.º aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau. A embaixada da Guiné-Bissau em Portugal decidiu assinalar esta data histórica com um programa que teve início dia 22 e terminará dia 26, incluindo uma exposição de arte popular no Palácio Foz, um sarau cultural no Teatro Maria Matos (realizado na noite de ontem), uma sessão solene, hoje, às 21 e 30, no Teatro S. Luís (em que será lida uma mensagem do presidente do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira (Nino), intervindo o embaixador, um representante da comunidade guineense em Portugal e um membro da Associação de Amizade de Portugal/Guiné-Bissau comemora o 24 de Setembro, com uma sessão comemorativa a realizar hoje, dia 24, na sua sede, pelas 18.30, que inclui uma exposição fotográfica e a passagem de um filme sobre África. Nesta sessão realizar-se-á a cerimónia de encerramento da Campanha de Solidariedade para com as crianças da República da Guiné-Bissau, que a Associação organizou durante o ano de 1980/81.

va, para além da sua dimensão política, de aproximação entre os povos dos dois países, é, segundo palavras do embaixador, Leonel Vieira, dar uma imagem da vida cultural do povo guineense, pois, como afirmou, «consideramos que a cultura é uma forma de realização do homem».

Também a Associação de Amizade Portugal/Guiné-Bissau comemora o 24 de Setembro, com uma sessão comemorativa a realizar hoje, dia 24, na sua sede, pelas 18.30, que inclui uma exposição fotográfica e a passagem de um filme sobre África. Nesta sessão realizar-se-á a cerimónia de encerramento da Campanha de Solidariedade para com as crianças da República da Guiné-Bissau, que a Associação organizou durante o ano de 1980/81.



Oito anos de luta na construção de uma vida melhor

Imperialismo norte-americano, responsável da situação no Médio Oriente

— denuncia Declaração Final de Beirute

A Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos Palestiniano e Libanês, aprovou um documento final que, destacando o massacre de Julho, em Beirute, efectuado pela aviação sionista, denuncia vigorosamente as responsabilidades do imperialismo norte-americano pela situação dramática que se vive na zona e reafirma a total solidariedade com os povos palestiniano e libanês.

«A Conferência é de opinião que a agressão de Julho foi planeada e executada com a total connivência e encorajamento do imperialismo norte-americano — afirma-se na Declaração Final. Constitui uma séria escada das conspirações contra os movimentos árabes de libertação nacional, e em particular contra os povos libanês e palestiniano. Trata-se de um importante passo na

conspiração imperialista contra os povos do Médio Oriente. Foi precedida pelo espectacular ataque israelita contra a central nuclear do Iraque e seguida de provocações e violações da soberania líbia, por parte dos Estados Unidos e o derrube de dois aviões libaneses. Estas três acções realizadas num curto período confirmam uma vez mais o acentuado carácter agressivo da administração Reagan. Confirmam por outro lado que os Estados Unidos são o centro do terrorismo internacional, usando as suas instalações militares, a milhares de quilómetros das fronteiras dos EUA contra os que lutam pela liberdade, a independência e o progresso».

Como é também denunciado na Declaração Final, a agressão de Julho insere-se na «escala das acções agressivas do imperialismo no

Médio Oriente, no Oceano Índico, no Golfo Árabe e noutras partes do mundo. O peso imenso das instalações militares norte-americanas a nível mundial, o incremento da tensão internacional, a formação das Forças de Intervenção Rápida, o estabelecimento de novas bases militares norte-americanas na Somália, Egito, Oman e Kenya, a expansão da base nuclear de Diego Garcia, a deslocação das tropas dos EUA para o Mediterrâneo, o Oceano Índico e o Golfo, a decisão da NATO de colocar na Europa Ocidental os Pershing 2 e os mísseis Cruise e a produção da bomba de neutrões, são os factos mais salientes desta escalada agressiva do imperialismo».

Nun apelado à condenação da política imperialista e à solidariedade com os povos do Líbano e da Palestina, a Conferência

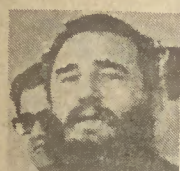
denuncia ainda, na sua Declaração Final: «O problema do Líbano, e a agonia do povo libanês foram fabricados pelos EUA e por Israel. O seu objectivo é a divisão do Líbano e a criação de pequenos Estados sectários com o objectivo de desferir um golpe fatal contra o movimento de libertação árabe, fragmentando a unidade deste movimento, dispersando-o em pequenas frentes de batalha secundárias alheias ao inimigo principal representado por Israel e pelo imperialismo mundial encabeçado pelos Estados Unidos. Neste contexto, os objectivos das forças inimigas no Líbano concretizam-se através da intensificação de acções militares e policiais contra as forças progressistas para neutralizar a sua eficácia e enfraquecer a sua firmeza, abrindo caminho à planeada fragmentação e

sionização do Líbano que afastasse o Líbano do confronto Árabe-Israel».

Por outro lado a Conferência condena firmemente «a escalada da repressão e as práticas opressivas de Israel contra a população nos territórios palestinianos ocupados e outros territórios árabes ocupados, nomeadamente a liquidação física, a expropriação da terra, o estabelecimento de colonatos, a demolição de casas, deportação de cidadãos (particularmente os que foram eleitos e os dirigentes), alterações demográficas e geográficas e a profanação e escavações em lugares sagrados. A Conferência lamenta particularmente o tratamento inumano de milhares de prisioneiros palestinianos em Israel, que foi por diversas vezes condenado pelas Nações Unidas».

SEMANA Internacional

16
Quarta-feira



Reagan a nu

Discursando na sessão de abertura da 68.ª Conferência Interparlamentar, a decorrer em Havana, Fidel Castro afirma-se profundamente convencido de que o núcleo fundamental da administração dos EUA «é fascista». ■ O «Solidariedade» não reflecte os ideais e os objectivos dos trabalhadores filiados e «está a contribuir para a erosão social, além de ameaçar as alianças internacionais da Polónia» — afirma a direcção do POUP, referindo-se, nomeadamente, ao recente apelo daquela organização à formação de organismos congéneres nos outros países socialistas. ■ O parlamento espanhol aprova por 186 contra 123 votos e 2 abstenções a proposta do Governo de enviar o pedido de autorização para entrada na NATO à Comissão de Assuntos Exteriores.

17
Quinta-feira



O imperialismo detém

George Crockett, membro da Câmara dos Representantes dos EUA, afirma na Conferência Interparlamentar de Havana concordar com o discurso pronunciado na véspera por Fidel Castro, mostrando-se convicto de que «há elementos com ideias fascistas» na administração Reagan. ■ Foi empossado o governo grego, formado à base de independentes, com a missão específica de preparar as eleições legislativas de 18 de Outubro. ■ Na Inglaterra, os 1600 delegados à Conferência anual do Partido Liberal votam por esmagadora maioria a oposição ao estacionamento de mísseis «Cruise» e de armas de neutrões na Grã-Bretanha e na Europa em geral. ■ A OLP acusa Israel de estar na origem das duas explosões ocorridas esta manhã no Sul do Líbano e que provocaram cerca de 50 mortos e mais de 100 feridos. ■ Inaugurou-se hoje no Maputo a Segunda Conferência das Igrejas de Moçambique, Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, sobre o tema «A Igreja na Sociedade», com a participação do Conselho Mundial das Igrejas, Conferência das Igrejas de toda a África e Conferência Cristã para a Paz.

18
Sexta-feira

A pena de morte é abolida em França, numa histórica votação na Assembleia Nacional de 369 votos (maioria de esquerda) contra 113 (direita). ■ Segundo números divulgados na ONU em comunicado subscrito por diversos países africanos, os racistas sul-africanos já mataram em Angola mais de 1400 civis. ■ O governo polaco acusa o «Solidariedade» de desmedidas ambições políticas e de pretender a tomada do poder, afirmando «que se os interesses superiores assim o exigirem não hesitará em aplicar todas as medidas inerentes às prerrogativas de Estado». Simultaneamente, o embaixador da URSS em Varsóvia entrega ao governo e ao partido uma nota na qual alerta para a impunidade com que decorre na Polónia uma «desenfreada campanha contra a URSS e a sua política interna e externa». ■ Em Manila, capital das Filipinas, mais de 10 mil pessoas protestaram contra a «ditadura Marcos-EUA», na maior manifestação realizada no país desde 72.

19
Sábado

Realizaram-se em diversas cidades dos EUA as maiores manifestações desde a guerra do Vietnam, protestando contra a política económica e do trabalho levada a cabo pelo governo. Em Washington concentraram-se cerca de 500 mil pessoas, encabeçadas pelo presidente da central sindical AFL-CIO e representantes de mais de 200 organizações laborais, religiosas e dos direitos cívicos. ■ Reunida em Trípoli, a Frente da Firmeza e Rejeição (Libia, Síria, Argélia, Yemem Democrático e OLP) decidiu apelar aos estados árabes para utilizarem as suas exportações petrolíferas e grandes depósitos bancários no Ocidente para combater a cooperação entre Israel e os EUA. A Frente decidiu também encetar conversações com a URSS «que produzam um desenvolvimento qualitativo nas relações com o mundo árabe, de forma a restaurar o equilíbrio na região». ■ A Nicarágua assinou com a URSS um acordo comercial que permite uma linha de crédito de 50 milhões de dólares (3 300 milhões de escudos).

20
Domingo

Beliza, pequeno estado das Caraíbas (150 mil habitantes, 22 965 km² de área) com fronteiras com o México e a Guatemala, ascende hoje à independência e torna-se o 45.º membro da Comunidade Britânica. ■ Reflectindo o crescente afastamento e desconfiança na Europa perante as ingerências e pressões dos EUA, anuncia-se em Bona que a RFA vai propor a criação de uma «União Europeia» cujos objectivos serão alargar as relações estabelecidas no âmbito político da CEE para além do domínio económico, abrangendo a colaboração cultural e defensiva. ■ Jose Napoleon Duarte, chefe da Junta fascista de El Salvador, encontra-se de visita aos EUA, prevendo-se que seja recebido por Reagan. Calcula-se para quê.

21
Segunda-feira



Apoio a Angola

O rei Balduino, da Bélgica, aceitou o pedido de demissão apresentado pelo chefe do governo, Gaston Eyskens. O governo — o quarto existente no país desde as eleições legislativas de 1979 — era baseado nos socialistas (francófonos) e nos sociais-cristãos (flamengos), devendo-se a sua queda, essencialmente, às desinteligências entre os dois partidos acerca da superação da crise económica. ■ «Como presidente da Organização de Unidade Africana, apelo ao regime minoritário racista a retirar imediatamente as suas tropas de Angola» — afirmou o presidente Daniel Arap Moi, do Quênia, que exortou os estados membros da organização a incrementarem o seu apoio material e militar a Angola.

22
Terça-feira

Encontro na Casa Branca entre Reagan e Napoleon Duarte, chefe da Junta fascista de El Salvador: total identidade de pontos de vista e aumento do crédito do próximo ano para 114 milhões de dólares. ■ Segundo o governo dos EUA, Reagan enviou a Brejnev uma carta manifestando vontade de diálogo. ■ Em Berlim Ocidental, uma violenta carga policial contra manifestantes que protestavam contra as dificuldades habitacionais, causa um morto e vários feridos.

Efeméride da semana — Em 21 de Setembro de 1792, um acontecimento de transcendente importância histórica abala a Europa das monarquias: é proclamada em França a República.

Internacional

Angola — balanço de uma invasão que ainda não terminou

O balanço da invasão das tropas sul-africanas a Angola — tropas que se encontram ainda na província do Cunene — é de mais de 1400 civis mortos, edifícios, hospitais, creches, escolas, fábricas destruídos, centenas de milhares de desalojados.

Um porta-voz da UNDR0 — Organismo das Nações Unidas de auxílio às zonas de desastre — afirma que cerca de seiscentos e sessenta mil angolanos desalojados das suas terras, necessitam de auxílio urgente, vítimas da tentativa de criar uma «zona-tampão», destinada a dificultar a luta do povo da Namíbia, e que constituiria objectivamente o roubo de uma parcela do território angolano.

As destruições praticadas revelam por outro lado o objectivo de atingir a economia angolana e criar uma situação de instabilidade interna.

A denúncia do governo angolano é confirmada mesmo na África do Sul. O chefe do exército racista de Pretória, general Jaime Geldenhuys, declarou em conferência de imprensa que as tropas sob o seu comando tinham causado cerca de mil mortos durante o processo de invasão do território angolano, para além de destruições e roubos no valor de muitos milhões de dólares.

Actualmente o governo racista sul-africano está também a concentrar tropas na fronteira com Moçambique, conforme foi denunciado em Maputo pelo dirigente do Partido Frelimo, António

Thal, durante um comício de solidariedade com o povo angolano, onde se exigiu a retirada das tropas da RSA de Angola e foi proposta a criação de uma comissão das Nações Unidas para averiguar dos prejuízos totais causados a Angola pela invasão.

Os reponsáveis

«Esta nova agressão — afirma-se em comunicado do grupo de países africanos representados na ONU (50 Estados) — surge em resultado do apoio que é dado pela administração Reagan ao regime minoritário, racista e terrorista da África do Sul, encorajando-o assim a ser mais ousado na continuação dos seus odiosos actos de agressão contra Angola».

Idêntica responsabilidade é no fundo reconhecida mesmo pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, que após uma reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Paulo Jorge, que se deslocou a Bonn, disse que a agressão sul-africana tinha constituído um sério revés para o grupo de contacto (grupo constituído pelos EUA, RFA, Grã-

Bretanha, França e Canadá, responsável por um plano para a independência da Namíbia, posteriormente adoptado pelas Nações Unidas). Objectivamente a política de Reagan constitui uma sabotagem às posições de alguns membros do grupo.

A posição norte-americana ficou publicamente clarificada na votação no Conselho de Segurança de uma moção condenatória da África do Sul, votação em que os EUA usaram o veto para impedir a sua aprovação, enquanto a Grã Bretanha se absteve e a França votou a favor.

As ambíguas (?) posições do Governo português

Na oitava sessão especial de emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Namíbia, Portugal absteve-se na aprovação de uma resolução exigindo uma vez mais o cumprimento do plano da ONU para a Namíbia, cuja aceitação pela África do Sul terá que passar por severas medidas punitivas contra o governo deste país. As palavras que se tentou apagar a realidade deste voto, com a afirmação do embaixador Rui Medina de que Portugal está conscientizado da «necessidade imperiosa de se associar aos esforços» para criar as condições que levem à independência da Namíbia, em nada alteram o seu sentido.

Posteriormente, discursan-

do na Assembleia, o ministro português dos Negócios Estrangeiros condenou a agressão racista e afirmou a solidariedade portuguesa com Angola. Entretanto, para que isto não sejam só palavras, seria preciso que o Governo da «AD» tomasse uma série de medidas que deslutassem a ambiguidade da sua posição, a começar pela proibição das actividades anti-angolanas em território português. O que, até agora, não foi feito.

Inequivoca, sim, é a posição dos trabalhadores portugueses, a posição da CGTP-Intersindical, que em plenário nacional repudiou a invasão das tropas racistas de Pretória a Angola e exigiu do Governo português «o respeito integral de todas as resoluções das Nações Unidas em relação à Namíbia».

Aclarando ainda mais quais as verdadeiras posições do Governo português em relação ao povo angolano, temos o caso muito recente da homenagem a Agostinho Neto.

Realizou-se sábado passado, no Teatro Lethes, em Faro, por iniciativa da Associação de Amizade Portugal/República Popular de Angola, uma sessão de homenagem à memória do camarada Agostinho Neto. Uma realização que encontrou sérias dificuldades para se concretizar. Porquê? Porque no entender do Ministério da Cultura português, não têm cabimento realizações sus-



«La Vie Quivrière»

ceptíveis de possuir «carga política». Enfim, de acordo com as pretensões do Governo português, o herói nacional angolano Agostinho Neto, que encabeçou o movimento para a libertação do país e a ampla e multifacetada e difícil acção para lançar as bases da nova sociedade que hoje se constrói em Angola, deveria ser reduzido às suas dimensões de poeta de expressão portuguesa. Dividir o homem entre poeta e político e patriota, esta a operação pretendida pelo Governo português. Dividir a vida, opor vida cultural a vida política — não se pretenderá simplesmente negar mesmo a cultura porque, indubitavelmente, é política?

A democracia portuguesa é bastante forte. A sessão realizou-se em Lagos. E falou-se também de política, apesar da condição ministe-

rial para a autorizar — «desde que na homenagem predomine o poeta...». É difícil dizer o que predominou. Numa intervenção no Teatro Lethes, o presidente da Associação de Amizade Portugal/RPA, Daniel Matos, disse: «numa sessão predominantemente cultural, como é a nossa, fica bem erguermos aqui as nossas vozes como cidadãos livres, declarando a nossa repulsa pelas acções criminosas das forças militares do regime de Pretória. E porque elas são contra a cultura, são contra os povos de Angola e da Namíbia, são contra os democratas onde quer que se encontrem».

De todos estes factos, fica uma dúvida: haverá também excessiva «carga política» na resolução da ONU sobre a Namíbia, contra a política criminosa da África do Sul?

Contra a política de Reagan o povo norte-americano ergue também o seu protesto

O próprio norte-americano não tardará a reagir — afirmou Fidel Castro na sua intervenção na 68.ª Conferência Interparlamentar, que pela primeira vez se realiza em Cuba — quando a situação interna que está a ser criada e o «repúdio internacional e a resistência dos povos crescer ante uma política irresponsável e aventureirista que só pode conduzir o império à ruína e ao abismo».

Na própria Conferência Interparlamentar se ergueu uma voz dos EUA contra a política de Reagan — a do representante democrata da delegação dos EUA que afirmou pensar também, tal como Fidel, haver na administração Reagan elementos com ideias fascistas e criticou as ligações de Washington com o regime sul-africano e a responsabilidade da Casa Branca na actual crise de Salvador.

Mas é das ruas das cidades norte-americanas que vem a forte certeza de que o povo norte-americano, os trabalhadores norte-americanos, estão contra a política de Reagan. Apesar da campanha permanente de intoxicação ideológica, apesar da acção da CIA no seio do próprio movimento sindical. Em Washington, sábado passado, cerca de 500 mil pessoas concentraram-se

junto do Capitólio, depois de desfilar em pela avenida da Constituição. Representantes de mais de 200 organizações laborais, dos direitos civis e religiosos, convergiram para Washington, enquanto em outras cidades do país se realizavam igualmente manifestações contra a política do governo de Reagan, contra a política de cortes nas despesas com os serviços sociais e de assistência e as medidas económicas antilaborais. Um conjunto de manifestações que foi considerado só comparável às realizadas em 1971, contra a guerra do Vietnam. Uma vez mais o povo americano a fazer frente às expressões mais fascistas de uma política invariavelmente ao serviço dos monopólios.

Estas manifestações são o resultado — como declarou na RDA, o secretário-ge-

ral do Partido Comunista dos Estados Unidos, Gus Hall — de uma «união entre a classe trabalhadora, os racialmente oprimidos, as mulheres e grupos de jovens», e constituem uma prova de que «a política interna da administração Reagan, tal como a externa, é dirigida contra os interesses do povo norte-americano».

Contra os interesses de todos os povos

A consciência de que a política seguida por Washington afecta os interesses de todos os povos e atinge mesmo a humanidade de forma vital, exorime-se de forma particularmente ampla no domínio da luta pela paz, contra a corrida aos armamentos e a ameaça nuclear impostas pela Casa Branca. São diárias as diversas formas que por todo o mundo assume o repúdio de massas por tal política. Mas esse repúdio manifesta-se mesmo em quadrantes alheios à luta dos trabalhadores, ou em que a consonância de interesses com os das amplas massas populares está lon-

ge de ser uma realidade. Tem abarcado também sectores sociais-democratas e liberais, com especial relevo para a Europa.

Os 1600 delegados à convenção anual do Partido Liberal britânico, realizada em Llandudno, votaram por esmagadora maioria a favor de uma moção contra o estacionamento dos mísseis Cruise na Europa e por uma zona livre de armas nucleares no continente. Aprovaram ainda uma outra moção propondo a realização de uma campanha contra o estacionamento de armas de neutrões na Grã-Bretanha e em toda a Europa Ocidental. Posição assumida contra as opções dos sociais-democratas britânicos com quem, 24 horas antes, tinha sido aprovada uma aliança.

Também numa reunião da União dos Partidos Socialistas da CEE em Bruxelas os partidos socialistas escandinavos, belga, holandês e luxemburgueses apresentaram uma proposta de condenação do fabrico da bomba de neutrões pelos EUA. De realçar que o Partido Socialista Português votou contra



As manifestações agora realizadas nos EUA traduzem um descontentamento popular que se tem vindo a traduzir de várias formas. Na foto uma manifestação de jovens contra o corte nas despesas sociais

essa proposta, cujo debate será reatado em Dezembro, afirmando que o partido não tinha definido ainda uma posição concreta quanto ao assunto. Curiosa posição quando em Portugal o governo abre portas a todas as pretensões de Washington e se organiza um movimento nacional de opinião pública contra a corrida aos arma-

mentos e as armas nucleares, grave ameaça que por força da política do imperialismo pesa hoje sobre toda a Humanidade. Uma ameaça face à qual a única — e poderosa — arma, é exactamente a oposição acrescida dos povos, das forças progressistas, a inequívoca posição de defesa da paz da comunidade socialista.

O Congresso do «Solidariedade» — Que pretensões?

O Congresso do «Solidariedade», na Polónia, cujos trabalhos recomeçam este sábado em Gdansk, constitui — pelas declarações proferidas, pelas decisões entretanto aprovadas — uma prova evidente de que o «Solidariedade» serve o objectivo, não da proclamada defesa dos interesses dos trabalhadores polacos, não a defesa das liberdades e princípios democráticos inerentes ao socialismo, mas muito clara e objectivamente, da destruição do socialismo, a liquidação do POUP como força dirigente da Polónia socialista, a conquista do poder — contra os reais interesses dos trabalhadores e do povo polaco, contra o socialismo na Polónia.

Se é verdade que foram erros cometidos a nível de governo, de Partido, de sindicatos que, provocando descontentamento popular, abriram caminho à constituição e à acção de um movimento como o «Solidariedade»; se é verdade que nas circunstâncias específicas e extremamente difíceis e complexas vividas na Polónia, muitos trabalhadores aderiram ao «Solidariedade» pensando que tal organização poderia ser instrumento de superação de tais erros — não é menos verdade que as estruturas fundamentais do «Solidariedade», os princípios que defende, como a sua prática, a própria iniciativa da sua formação, está indissolvelmente ligada à acção das forças contra-revolucionárias na Polónia, desde sempre alimentadas pelo imperialismo (a contra-revolução não nasceu em Agosto de 1980).

Um Congresso que não deixa lugar a dúvidas

«Estamos convencidos de que uma revolução se está a desenvolver na Polónia e que o «Solidariedade» é a sua força motriz» — afirma-se no relatório apresentado em Gdansk por Andrzej Celinski, secretário da Comissão Nacional, e acrescenta-se ainda: «Resolvemos tomar nas nossas mãos a responsabilidade pela renovação do país e por fazer sair o nosso país da crise».

Waleza, ao defender uma direcção centralizada para o «Solidariedade», não deixa dúvidas quanto às intenções do movimento: «Estamos a marchar numa batalha dura e precisamos de bons generais», e noutro momento: «Devemos ter uma direcção forte em momentos de luta, quando o outro lado

ainda é demasiado forte, tem a polícia e o Exército e não é, de modo algum, um derrotado». Outras declarações vão no mesmo sentido: o dirigente do «Solidariedade» na cidade de Wrocław afirmou: — «Estamos em estado de guerra com o Estado, uma guerra de manobras».

Portanto, que o «Solidariedade» dirige uma guerra contra o Estado socialista polaco, e na verdade também contra a comunidade socialista no seu todo, ficou bem evidenciado em Gdansk, já na primeira parte do Congresso.

Qual o sentido dessa guerra? Antes do mais a tomada do poder. Jacek Kuron, um dos principais dirigentes da organização anti-socialista KOR, defendeu abertamente a criação de um «Comité de Salvação Nacional» para substituir as autoridades actuais, comité que seria integrado pelo «Solidariedade», pela Igreja e pelo POUP (até ver...). Durante as sessões do Congresso foi afirmado que o povo polaco esperava que o «Solidariedade» tomasse o controlo político e o económico do país.

Quais os seus objectivos? — poderíamos dizer que é a questão formalmente (só formalmente) mais nebulosa, na medida em que os dirigentes do «Solidariedade» primam por não apresentar perspectivas concre-

tas. A sua acção é de sabotagem das várias tentativas do governo de superar a situação de crise que se vive no país. Mas se passarmos para além das declarações formais, veremos que o movimento é enformado pelo anticomunismo e o anti-sovietismo, que o POUP e a União Soviética são alvo preferenciais, que as vozes de apoio vêm particularmente da administração Reagan, ou mais concretamente pode-se referir a homenagem que o relatório ao Congresso presta a movimentos anti-socialistas, como o «Comité de Autodefesa dos Trabalhadores» (KOR).

As formas que se pretende utilizar para ganhar tal «guerra» — pois é esta a pretensão — estão à vista. Reivindica-se uma nova lei eleitoral e eleições «livres». Pretende-se boicotar os projectos governamentais de autogestão, que deverão ser aprovados no Parlamento nos dias 24 e 25, contrapondo-lhe um referendo — na verdade deixando as instituições, a estrutura de Estado, e funcionando como um outro centro de poder, que chega a ameaçar efectuar tal referendo por conta própria. A provocação não se restringe à Polónia — visa mais longe: a mensagem de apoio à criação de outros «sindicatos livres» na comunidade socialista, testemunham das pretensões de alargar

o movimento contrarrevolucionário ao conjunto dos países socialistas. Um velho e permanente objectivo do imperialismo.

Haig não aceita...

Em entrevista à cadeia de televisão norte-americana «ABC», o secretário de Estado norte-americano Haig afirmou que a última mensagem soviética ao governo polaco — alertando para a extrema gravidade da situação criada, em que claramente se visa «arrancar a Polónia» à comunidade socialista e liquidar o socialismo na Polónia, que se desenvolve de par com uma virulenta campanha anti-soviética — «contém implicações intervencionistas que não podem ser aceites pela administração Reagan sob nenhum pretexto» (será que a administração Reagan tem algo a ver com a Polónia?...). Mais: declara que os contactos — vitais — com o governo soviético, ficam na dependência da posição soviética, face à grave situação na Polónia, e não só. Haig afirma: «O Kremlin tem de demonstrar a sua vontade com factos e não simples palavras porque o diálogo vai depender da conduta internacional soviética, da correspondente reciprocidade».

Trata-se, antes do mais, de uma nova ingerência nos problemas internos da Polónia, com a qual a União Soviética

tem mútuos acordos e relações que Washington não só pretende ignorar como negar mesmo o direito à sua vigência. O que a Casa Branca pretende — em vão — é isolar a Polónia dos seus amigos.

Mas não é só isso. Estas declarações são proferidas na véspera do primeiro encontro a alto nível entre americanos e soviéticos, desde que Reagan se encontra na presidência dos EUA em vésperas do encontro com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, André Gromiko. Um encontro considerado particularmente importante — destinado a promover negociações bilaterais para a limitação e redução de mísseis nucleares de médio alcance na Europa — e que a opinião pública internacional, particularmente a europeia, e mesmo vários governos de países da NATO, tem vindo a exigir à Casa Branca.

Em síntese, o imperialismo, que apoia de todas as formas as forças anti-socialistas (também dentro da comunidade socialista e em particular na Polónia), pretende agora utilizar o pretexto da mensagem soviética ao governo polaco para uma vez mais torpedear o caminho da paz e do desanuviamento. A íntima ligação entre o apoio à contra-revolução e a política de corrida aos armamentos ressalta aqui uma vez mais.

PCP

Alvaro Cunhal no concelho de Loures

Diálogo ao vivo com as populações

As manhãs de sábado diferem pouco de bairro para bairro. Preguiça-se na cama até mais tarde, faz-se render a bica nas conversas de café, velhos e crianças saem para a rua a gozar os primeiros raios de sol, as mulheres aprontam-se para as compras e corajosamente invadem os mercados. Odivelas não escapou à regra, no passado sábado. No mercado novo os vendedores preparavam-se para mais um dia de regateio de preços — «ó lindinha já viu que peixe mais fresco?» — enquanto as mulheres e alguns, poucos, homens iniciavam a ronda pelas bancadas a avaliar produtos e preços, fazendo contas de

combate gritaram sem rebuços verdades duras de ouvir — «cala-te aí ó fascista, que o que tu queres sabemos nós» — para alguém «incomodado» com o desusado movimento do mercado, onde, dizíamos, quase todos aplaudiram, ouviram palavras de encorajamento ou disseram de sua justiça. Como aquela outra mulher, com muitos anos de vida e trabalho marcados nas rugas do rosto, que timidamente começou «ó senhor secretário-geral, a única coisa que peço quando o senhor estiver no Foder é que baixe o custo de vida, assim a gente não se aguenta...» E lá seguiu, com

passos, como salientou, não é menos verdade que eles só poderão ser resolvidos com o apoio financeiro do aparelho central, o que não se verificou. Pelo contrário, sublinhou o camarada, foram desviados do concelho de Loures cerca de um milhão e duzentos mil contos, porque o Governo não cumpriu a lei das Finanças Locais. E recordou que na filosofia AD é mais importante dar dinheiro aos capitalistas, pagar indemnizações a exploradores do que investir no bem estar do povo. As responsabilidades que na aplicação desta política cabem ao PS não podiam ser, nem foram esquecidas. Tal como em Loures Riço Calado e afins se aliaram desde a primeira hora ao PSD para boicotar a actividade da APU, também a nível nacional Mário Soares tem estendido a boia de salvação à AD, que sem ela teria submergido já na sua própria incompetência e no descontentamento popular crescente. Daí a importância nacional de Loures. Os resultados das eleições, como diria Alvaro Cunhal, tornam-se quase como um «teste» da tendência do eleitorado, um balão de ensaio à hipotética renovação da AD com o PS.

explicar que os dirigentes do PS continuem a juntar-se à AD, designadamente a nível autárquico? Questões a que os eleitores socialistas terão de responder a si próprios, confrontados com a realidade concelhia e nacional, em contraponto com a gestão APU.

E se a unidade dos democratas se torna difícil quando os dirigentes socialistas estendem a mão à direita, ela não é impossível onde os eleitores, militantes verdadeiramente democratas, queiram juntar-se com a APU para a resolução dos problemas concretos. Para tanto os comunistas não necessitam de pedir autorização, podem e devem trabalhar para o conseguir.

Mas que não é fácil ficou uma vez mais demonstrado no Bairro dos Sinistrados, amontoado de barracas onde se vive (ou sobrevive) nas piores condições. Ali, onde Alvaro Cunhal e os candidatos da APU chegaram a meio da manhã, os moradores falaram da sua máxima aspiração — uma casa digna.

— Estamos aqui há mais de uma dúzia de anos e ninguém se interessa, só se lembram de nós na altura das eleições...

Era uma mulher jovem quem falava, lembrando a existência de um bairro camarário ainda desocupado, os contactos com a Câmara anterior («onde só a APU nos recebeu»), o compasso desesperador de espera. Espera motivada pela falta de verbas que garantam o mínimo de equilíbrio das finanças autárquicas, pelas condições de financiamento impostas pelo FFH, pelo



De repente, um pequeno comício...

os factores importantes para a resolução do problema. E mesmo quando falou de unidade — «porque é que não se unem todos» — a jovem deixou de fora um dado importante, que apesar de toda a sua franqueza omitiu: a sua qualidade de cabeça de lista do POUS, um dos muitos grupinhos candidatos à Câmara de Loures.

Porque é que não se unem todos? — uma boa pergunta, sem dúvida. Mas então porque é que quando a unidade é mais importante — trata-se de derrotar as

A unidade é possível, sim, mas não basta apregoar a vontade de a conseguir. Há que transformar as palavras em actos, para que sejam algo mais que pura demagogia, semelhante à da AD quando prometeu «uma casa para cada família».

Sobe que sobe, sobe a calçada

«Sobe que sobe, Luís, sobe, sobe que sobe, sobe a calçada...» O poema, popularizado pela canção, acode à memória mal se chega à Serra da Luz, bairro clandestino às portas da Pontinha, outro ponto da visita de sábado.

Os carros ficam lá no alto, contornando depois a serra e esperarão na parte baixa, que a descida pelo bairro é uma risco desnecessário.

Só mesmo a pé se tem a noção de inclinação da rua, tão íngreme que os passos têm de ser cautelosos para evitar escorregar. O fim da manhã estava quente e o sol batia nas costas com força.

Foi o bastante para se ter uma ideia clara do que significa viver ali, na Serra da Luz, onde homens e mulheres cansados de trabalho não têm uma rua direita para andar, onde o peso das compras e dos filhos se torna ainda mais difícil de carregar, onde numa emergência o tempo perdido numa subida ou descida pode ser precioso para qualquer vida em perigo.

E se o empedrado da rua principal (?) se torna em infernal escorrega com a água das chuvas, as ruas de lama do resto do bairro são um pandemónio de pó nos dias de calor e um mar de lama pelo inverno, onde só com tábuas é possível atravessar de um lado para o outro.

Das casas fica-se com uma impressão estranha, como se tudo aquilo fosse cair a menor agitação da terra, ou como se os prédios se espreitassem uns aos outros lá das suas mirabolantes posições. Como se, enfim, tivessem sido atirados para ali por mão gigante e ali permanecessem, tal e qual como haviam caído, ao sabor do acaso.

Só que não foi o acaso que criou a Serra da Luz. Foi a necessidade de um lar, a única hipótese possível para os que enterraram o que tinham e não tinham na construção da sua casa.

Atirados para ali, sim, mas pela política de exploração, pelo desinteresse, pela ganância dos especuladores, por um regime que sempre soube onde estava o povo para se servir dele e que nunca o encontrou para o servir. Milhares de pessoas que continuam a não ter outra alternativa de habitação, mas que pensam e sentem os seus problemas e sabem tar o direito de exigir a melhoria das suas condições de vida.

E, porque sabem também com quem podem contar na luta por esse direito, receberam com entusiasmo a visita do camarada Alvaro Cunhal e dos candidatos da APU.

Os melhoramentos introduzidos na Serra da Luz couberam à gestão presidida por Severiano Falcão. Se mais não foram, como o secretário-geral do PCP salientou, a população pode «agradecê-lo» à maioria PS/PSD da anterior Câmara, que tudo fez para o impedir.

A prova-lí ali estava a reprodução de uma acta da sessão de Câmara de 18 de Março do ano corrente, em que a pavimentação de ruas e outros melhoramentos para o bairro não foram aprovados porque, na

opinião do senhor Riço Calado (PS) tal projecto de recuperação do bairro mobilizava quase completamente o gabinete de estudos da Câmara e tal não se justificava por o mesmo ser um «clandestino irrecurável», para destruir. A indignação foi geral e Riço Calado com a sua caravana de propaganda eleitoral viria a senti-la quando mais tarde apareceu na Serra da Luz, fazendo promessas.

É que uma coisa é trabalhar para que não existam mais bairros como o da Serra da Luz e outra, muito diferente, é abandonar os moradores dos clandestinos à sua sorte sem lhes proporcionar qualquer outra alternativa.

Como diria Alvaro Cunhal, na altura, as alternativas só serão viáveis com outra política e outro governo, com democratas empenhados na resolução dos problemas do povo e não com os que chamam parasitas aos trabalhadores enquanto vivem parasitariamente incrustados no povo, chorando dificuldades para atender às carências e enchendo os bolsos com auto-aumentos, como faz a maioria AD.

Outra política e outro governo possíveis com a aliança das forças democráticas, tónica permanente nas palavras de Alvaro Cunhal nos contactos com a população, que terminaram depois no mercado da Pontinha com o vivo apelo à unidade.

Unidade que em Loures e no país será mais fácil com uma nova vitória da APU nas eleições de 11 de Outubro. Porque há forças bastantes para repetir e reforçar a vitória da APU no concelho de Loures e porque essa vitória será um importante contributo para a derrota das forças de direita no País e a vitória da democracia. Porque em Loures a APU trabalhou, a APU cumpriu, a APU deve continuar.



Num mercado

cabeça ao dinheiro na carteira, aos dias que faltam para o fim do mês e à indispensável sobrevivência da família. Foi por esta altura que se registou à entrada do mercado uma certa agitação de gente e carros, saudando a chegada ao local de Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e de alguns candidatos da APU às intercalares de Loures, nomeadamente o cabeça de lista, Severiano Falcão, membro do CC do PCP, que ali iniciavam uma curta vista pelo concelho no âmbito da pré-campanha eleitoral da Aliança Povo Unido.

A descrição da chegada perdeu-se rapidamente num burburinho crescente, onde saudações e abraços se sucediam, a curiosidade secudia os restos de sono no olhar dos transeuntes, o reconhecimento fazia engrossar o número de pessoas que rodeavam o dirigente comunista. — Olha quem ali está, é o Alvaro Cunhal! Do meio da multidão uma mulher de meia idade avança, abre caminho, numa mão o saco das compras e na outra, estendida, o gesto e a força da admiração e respeito enraizados no tempo: «Desde miúda que ouço falar em si e só agora o vejo em carne e osso. Tinha de vir cumprimentá-lo!» Foi neste clima que se entrou no mercado, pequeno para tanta gente junta, onde desde a florista — que num gesto espontâneo ofereceu o cravo vermelho ao reformado que quis alegrar a lapela do casaco escuro — às peixeiras que de mangas arregaçadas o voz de

as magras compras no fundo do cesto, os olhos perdidos nos preços. Mas preços do (ex)carapau de gato que se vingava da antiga subalterização exibindo os seus 160 escudos por quilo; ou das pescadas médias que para quebrar a monotonia oscilavam entre os 360 e os 420 escudos por quilo; ou ainda dos pêssegos a 120 e 145 escudos; ou então as pêras, mais modestas, entre 45 e 65 escudos o quilo. Ou tudo o resto que se devia comer e não se come porque o dinheiro não chega.

Não chega para a maioria do povo trabalhador, bem entendido, essa enorme massa de «parasitas» no dizer de Pinto Balsemão, como recordou Alvaro Cunhal, numa breve intervenção à saída do mercado, onde falou das eleições de Loures e da importância nacional que estas assumem no momento presente.

Um teste

Numa breve resenha dos acontecimentos que levaram à realização de novas eleições no concelho de Loures, o camarada Alvaro Cunhal recordou o trabalho desenvolvido pela gestão APU, que mostrou empregar as suas melhores energias na resolução dos problemas do povo, mesmo quando estes ultrapassam o âmbito restrito da autarquia, como é o caso da poluição do rio Trancão, da habitação, etc. Mas se é verdade que em muitos destes domínios a APU deu os primeiros



Num bairro degradado

Loures. Porquê? Porque não o querem — interrogou Alvaro Cunhal — quando todos juntos temos força bastante para deitar abaixo este Governo que chama parasitas aos trabalhadores, promete «disciplina» vulgo repressão, novas leis para aientar contra as conquistas do Povo português? Como

apoio do Governo que nunca chegou, pelo boicote PS/AD a uma gestão que, tendo sido eficaz, não pôde porém chegar a todas as portas. Pondo o dedo bem no meio da ferida — «vivemos em barracas onde chove, há lagartos, não temos condições mínimas de higiene» — a jovem deixava de lado muitos (quase todos)

pretensões a uma nova vida da velha AD com o PS — formações políticas sem qualquer expressão eleitoral se apresentam com a roupagem de esquerda a dividir as forças de esquerda mais consequentes? A dispersar votos que podem ser fundamentais para a derrota ou vitória das forças que se diz querer combater?

Um passeio, dois discursos e o mais que não se disse

A Comissão Administrativa da Câmara de Loures, dominada pela coligação PS/AD que provocou a realização de eleições intercalares no concelho, está a servir-se despididamente dos dinheiros públicos para a sua própria campanha eleitoral.

Exemplo acabado disso foi o propalado passeio para a terceira idade realizado no passado dia 14 de Setembro, às custas do município. Profusamente anunciado durante dias seguidos em anúncios pagos na imprensa diária, o passeio organizado pela Comissão Administrativa levou reformados e idosos do concelho de Loures a almoçar na Nazaré num local bem batido pelo sol (muito pouco aconselhável para a saúde precária de muitos dos excursionistas), após uma longa, longa, paragem de três horas em Fátima!

Tudo isto poderia ser aceitável ou desculpável — tal como a decisão prepotente de encerrar dois dias antes do prazo anunciado a recolha de inscrições para o passeio se não fora a utilização

abusiva da iniciativa para fazer campanha eleitoral. Poder-se-ia pensar que a iniciativa mais não visava que o salutar convívio de idosos e a oportunidade de lhes dar a conhecer um pouco do país desconhecido em que vivem.

Mas não. O documento que o presidente da Comissão Administrativa, o famigerado senhor Mordido (PS), distribuiu pelos participantes no passeio, bem como a intervenção de Vitor Santos (PSD), desfizeram quaisquer mal-entendidos que, pelo benefício da dúvida, pudessem ter surgido.

Afirma o comunicado do senhor Mordido que «pretende a Comissão Administrativa, à qual preside, desenvolver todo um programa de apoio à terceira idade, já em estudo e que brevemente será divulgado».

Ora não se entende como é que uma Comissão Administrativa, formada expressamente para gerir durante breves semanas os assuntos correntes do município até à realização de eleições, pode programar uma activi-

dade que não vai desenvolver sem estar a ultrapassar abusivamente as funções que por lei lhe são estipuladas.

A não ser, claro, que os membros da Comissão Administrativa estejam a servir os interesses de forças políticas candidatas ao acto eleitoral e se estejam a servir do poder que circunstancialmente dispõe — e das verbas — para influenciar directamente o eleitorado. O que, para além de ilegal, é uma prova inequívoca de falta de democraticidade.

Mas o comunicado vai mais longe quando diz que «apenas a administração do Eng. Riço Calado tomou algumas posições de defesa dos idosos e reformados, mandando construir centros para a terceira idade».

Se isto não é campanha eleitoral o que será? Para completar, o comunicado do senhor Mordido elogia o parceiro do PSD, a quem «expressa uma palavra de muito apreço pelo excelente trabalho desenvolvido (...)».

O dito Vitor Santos não quis ficar atrás e aproveitou

a presença dos reformados para se auto-elogar e fazer a apologia do defuncto Sá Carneiro.

Como se vê, um passeio muito pouco inocente, este que a Comissão Administrativa organizou, com os dinheiros do concelho.

A outra face da coligação

É de lamentar que a referida Comissão não se lembra, como aconselha a Junta de Freguesia de Camarate em comunicado distribuído a propósito, de organizar uma visita para mostrar à terceira idade o estado em que o mesmíssimo Vitor Santos, como responsável no anterior executivo, deixou as escolas da freguesia e outras do concelho.

Já agora refira-se os tortuosos caminhos que a coligação PS/AD na Comissão Administrativa segue para «servir» os interesses dos reformados, nomeadamente

no que toca a subsídios para as suas organizações.

A Câmara APU tinha deliberado conceder cinquenta mil escudos a cada uma das associações de reformados. A nova equipa cancelou essas verbas. Depois, como quem não quer a coisa, começou a invadir os jornais com anúncios pagos (com os dinheiros públicos) propagando a iniciativa da aliança PS/AD de dar subsídios às associações que vão à Câmara fazendo prova da sua existência.

Como se vê, é só «discriminação», «modéstia» e «pureza de intenções».

Pena é, para a aliança PS/AD em Loures, que a memória dos homens não seja tão curta como muitos desejariam. Que os reformados de S. João da Talha ainda não tenham esquecido que o PS e o PSD tentaram impedir a cedência das instalações da Junta de Freguesia para a sua sede e que nem sequer compareceram à sua inauguração; que a Associação de Reformados de Moscavide está à espera há mais de

nove meses que a Junta de Freguesia PS lhe entregue as suas instalações; que Riço Calado, quando era presidente da Câmara, mandou uma força da GNR desalojar pela força os reformados de Sacavém das suas instalações.

Como também não esqueceram que dos 180 mil contos orçamentados no Programa de Actividades da Câmara APU para o sector dos Equipamentos Colectivos os eleitos do PS e da AD, responsáveis por estes pelouros, somente permitiram que se gastassem cerca de 40 mil contos.

De facto, será preciso muito mais que um almoço ao sol na Nazaré para esquecer tudo isto.

O preço que os reformados e a população em geral estão a pagar pelas promessas da AD em Outubro passado é uma lição que não se esqueça.

Por isso é que em Outubro próximo, em Loures, irão votar na continuação da gestão democrática que só é possível com o reforço da Aliança Povo Unido.

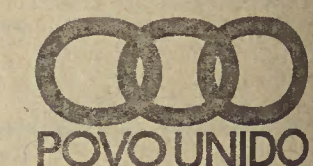
CDS incomodado com propaganda da APU

Activistas da APU foram detidos no passado sábado por agentes da PSP quando pintavam um mural alusivo às próximas eleições de Loures numa das vias de acesso à Calçada de Carrixe.

A detenção, segundo se apurou mais tarde, foi provocada por denúncia feita por um deputado do CDS que para tanto prestou falsas informações à polícia, nomeadamente sobre uma alegada proibição de se efectuarem pinturas em edifícios municipais.

Retidos na esquadra do Lumiar durante mais de uma hora, os três activistas da APU esclareceram os agentes da PSP que a proibição só era válida para os edifícios públicos, o que não era o caso, como de resto o senhor deputado do CDS devia saber.

Num comunicado emitido a propósito pelo Comité Local de Lisboa do PCP faz-se notar quanto a actuação provocatória do deputado centrista ilustra bem a forma de proceder dos partidos reacçãoários. Trata-se,



salienta, de mais um caso de tentativa de limitar o direito à informação consignado na Constituição.

Todavia, como sublinha aquela organização do PCP, podem estar certos os senhores da AD que não atemorizam os democratas com as suas formas indignas de regime democrático.

Com efeito, os activistas da APU que à saída da esquadra foram «aconselhados» a não voltarem a pintar na zona, continuaram normalmente a sua actividade de esclarecimento no âmbito da pré-campanha eleitoral da APU para o município de Loures. Como de resto é legítimo, de acordo com a Constituição da República em vigor.